

37

ISSN 0104-6551

Série Documental
RELATOS DE PESQUISA

Mapa do Ensino Superior Privado

Gladys Beatriz Barreyro

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO MEC

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)

MEC

Ministério da Educação

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Mapa do Ensino Superior Privado

Gladys Beatriz Barreyro*

* Professora Doutora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).
Email: gladysb@usp.br

Brasília-DF
2008

ASSESSORIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Lia Scholze

PRODUÇÃO EDITORIAL

Rosa dos Anjos Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Márcia Terezinha dos Reis

EDITOR EXECUTIVO

Jair Santana Moraes

REVISÃO

Focalize Eventos e Serviços Ltda.

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Focalize Eventos e Serviços Ltda.

ARTE-FINAL

Celi Rosalia Soares de Melo

TIRAGEM

1.000 exemplares

EDITORIA

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 4º Andar, Sala 414

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fones: (61) 2104-8438, 2104-8042

Fax: (61) 2104-9812

editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 4º Andar, Sala 404

CEP 70047-900 – Brasília-DF – Brasil

Fone: (61) 2104-9509

publicacoes@inep.gov.br

<http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(Inep)

Barreyro, Gladys Beatriz. Mapa do Ensino Superior Privado / Gladys Beatriz

Barreyro. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira, 2008.

77 p. : il. (Série Documental. Relatos de Pesquisa, ISSN 0104-6551 ; 37)

1. Educação superior – Brasil. 2. Privatização. I. Título.

CDU 378(81)

SUMÁRIO

Mapa do Ensino Superior Privado

Lista de tabelas	5
Lista de gráficos	9
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
1ª PARTE	
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	15
2ª PARTE	
A EDUCAÇÃO SUPERIOR HOJE: UM SISTEMA COM PREDOMÍNIO DO SETOR PRIVADO	25
1 O Brasil no mundo	25
2 A educação superior pública e privada no Brasil	28
2.1 As instituições na educação superior brasileira	28
2.2 Os cursos de graduação na educação superior brasileira	31
2.3 Os estudantes na educação superior brasileira	37
2.3.1 Vagas	37
2.3.2 Matrículas	39
2.3.3 Matrículas por turnos	42
2.3.4 Matrículas por sexo	44
2.3.5 Concluintes	45
2.4 Os professores na educação superior brasileira	47

2.5 Opiniões dos estudantes da educação superior brasileira	50
2.5.1 Estudantes e raça/cor	50
2.5.2 Estudantes e ensino médio	53
2.5.3 Estudantes e renda	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXO	65

Lista de tabelas

Tabela 1 – Primeiras universidades e ano de criação	16
Tabela 2 – Estabelecimentos e matrículas na educação superior privada	17
Tabela 3 – Matrículas no ensino superior	17
Tabela 4 – Instituições de educação superior – 1945 e 1964	17
Tabela 5 – Matrículas nas IES privadas	18
Tabela 5.1 – Matrículas nas instituições privadas	18
Tabela 6 – Matrículas nas instituições de ensino superior	19
Tabela 7 – Instituições de educação superior segundo a categoria administrativa e a organização acadêmica – 1971/1975/1980	20
Tabela 8 – Instituições de educação superior segundo a categoria administrativa e organização acadêmica – 1980/1985/1990/1994	20
Tabela 9 – Quantidade de matrículas na educação superior – 1995 e 2002	22
Tabela 10 – Instituições de educação superior segundo a categoria administrativa	23
Tabela 11 – Matrículas segundo a categoria administrativa	23
Tabela 12 – Taxa de escolarização bruta (total, masculina e feminina) em países selecionados – 2002-2003	26
Tabela 13 – Percentual de matrículas em IES públicas, privadas governamentais e privadas independentes em países selecionados – 2002-2003	26
Tabela 14 – Percentual de distribuição do gasto público total em educação superior, por tipo de instituição em países selecionados – 2002	27
Tabela 15 – Instituições de educação superior por categoria administrativa Brasil – 2004	28
Tabela 16 – Tipos de IES por categoria administrativa – Brasil – 2004	28
Tabela 17 – Evolução do número de IES por categoria administrativa Brasil – 1980/2004	29
Tabela 18 – IES segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa Brasil – 2004	30

Tabela 19 – IES por categoria administrativa segundo a região geográfica Brasil – 2004	31
Tabela 20 – Evolução do número de cursos por categoria administrativa Brasil – 1980/2004	33
Tabela 21 – Cursos por categoria administrativa, segundo a região geográfica Brasil – 2004	34
Tabela 22 – Cursos segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa Brasil – 2004	35
Tabela 23 – Cursos de graduação presenciais por grandes áreas e categoria administrativa – Brasil – 2004	36
Tabela 24 – Cursos com maiores matrículas no setor privado – Brasil – 2004	36
Tabela 25 – Cursos e matrículas da grande área da educação, por categoria administrativa – Brasil – 2004	37
Tabela 26 – Evolução do número de vagas no vestibular, na graduação presencial, por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004	37
Tabela 27 – Evolução da relação candidatos/vaga no vestibular, por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004	38
Tabela 28 – Vagas oferecidas, ocupadas e não ocupadas em vestibular e outros processos seletivos na graduação presencial, por categoria administrativa – Brasil – 2004	38
Tabela 29 – Evolução das matrículas na graduação presencial – Brasil – 1980/2004	39
Tabela 30 – Matrículas por categoria administrativa – Brasil – 2004	40
Tabela 31 – Matrículas por categoria administrativa segundo a região geográfica Brasil – 2004	41
Tabela 32 – Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , segundo a região geográfica Brasil – 2003	42
Tabela 33 – Matrículas por tipo de instituição privada, segundo a região geográfica Brasil – 2004	43
Tabela 34 – Matrículas em IES públicas e privadas, segundo o turno – Brasil – 2004	43
Tabela 35 – Matrículas de acordo com o sexo nas IES, segundo a categoria administrativa Brasil – 2004	44
Tabela 36 – Evolução do número de concluintes, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 1980/2004	45

Tabela 37 – Cursos com maior número de concluintes total e em IES privadas Brasil – 2004	46
Tabela 38 – Cursos com o maior número de concluintes em IES públicas – Brasil – 2004	46
Tabela 39 – Funções docentes na educação superior, por categoria administrativa Brasil – 2005	47
Tabela 40 – Funções docentes segundo a categoria administrativa – Brasil – 2004	48
Tabela 41 – Titulação das funções docentes, segundo a categoria administrativa Brasil – 2005	49
Tabela 42 – População de acordo com a cor/raça e participantes do Enade segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004	50
Tabela 43 – População segundo cor/raça e participantes do Enade por IES públicas e privadas – Região Norte – 2004	52
Tabela 44 – População segundo a cor/raça e participantes do Enade segundo a categoria administrativa – Região Nordeste – 2004	53
Tabela 45 – População segundo a cor/raça e participantes do Enade, totais e por IES públicas e privadas – Região Sudeste – 2004	53
Tabela 46 – População segundo a cor/raça e participantes do Enade, totais e por IES públicas e privadas – Região Centro-Oeste – 2004	53
Tabela 47 – População segundo a cor/raça e participantes do Enade, totais e por IES públicas e privadas – Região Sul – 2004	54
Tabela 48 – Matrículas no ensino médio segundo o tipo de escola – Brasil – 2004	54
Tabela 49 – Estudantes das IES públicas e privadas, segundo a categoria administrativa da escola em que cursaram o ensino médio – Brasil – 2004	54
Tabela 50 – Ingressantes em IES públicas ou privadas, segundo o tipo de escola onde cursaram o ensino médio – Enade 2004	55
Tabela 51 – Concluintes de IES públicas ou privadas, segundo o tipo de escola onde cursaram o ensino médio – Brasil – 2004	56
Tabela 52 – Estudantes participantes do Enade 2004, por categoria administrativa das IES, segundo a renda familiar (1) – Brasil – 2004	56
Tabela 53 – Estudantes participantes do Enade 2004, em IES públicas e privadas, segundo a renda familiar – Brasil – 2004	57

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Taxas de escolarização bruta em países selecionados – 2002/2003	25
Gráfico 2 – Tipos de IES por categoria administrativa – Brasil – 2004	29
Gráfico 3 – Evolução do número de IES por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004 ...	30
Gráfico 4 – Universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, escolas e institutos e centros de educação tecnológica por categoria administrativa – Brasil – 2004	31
Gráfico 5 – Instituições de educação superior por categoria administrativa segundo a região geográfica – Brasil – 2004	32
Gráfico 6 – Evolução do número de cursos por categoria administrativa Brasil – 1980/2004	33
Gráfico 7 – Cursos em IES por categoria administrativa – Brasil – 2004	33
Gráfico 8 – Cursos de graduação presenciais por categoria administrativa, segundo a região geográfica – Brasil – 2004	34
Gráfico 9 – Vagas não ocupadas segundo a categoria administrativa – Brasil – 2004	39
Gráfico 10 – Evolução das matrículas na graduação presencial – Brasil – 1980/2004	40
Gráfico 11 – Matrículas por categoria administrativa – Brasil – 2004	40
Gráfico 12 – Matrículas em IES públicas e IES privadas segundo a região geográfica – Brasil – 2004	41
Gráfico 13 – Matrículas em IES públicas e privadas, segundo a região geográfica Brasil – 2004	42
Gráfico 14 – Matrículas por turno – Brasil – 2004	43
Gráfico 15 – Matrículas em IES por turno e categoria administrativa – Brasil – 2004	44
Gráfico 16 – Evolução do número de concluintes, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 1980/2004	45
Gráfico 17 – Funções docentes na educação superior por IES públicas e privadas – Brasil – 2005	47
Gráfico 18 – Funções docentes em tempo integral, parcial e horistas segundo a categoria administrativa – Brasil – 2005	48

Gráfico 19 – Titulação das funções docentes por categoria administrativa – Brasil – 2005	49
Gráfico 20 – População segundo a cor/raça e estudantes na educação superior, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004	50
Gráfico 21 – População branca e estudantes brancos segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004	51
Gráfico 22 – População negra e estudantes negros na educação superior segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004	51
Gráfico 23 – População parda e estudantes pardos na educação superior segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004	52
Gráfico 24 – Matrículas no ensino médio segundo a categoria administrativa da escola em que cursaram o ensino médio – Brasil – 2004	54
Gráfico 25 – Estudantes em IES públicas e privadas, segundo a categoria administrativa da escola onde cursou o ensino médio – Brasil – 2004	55
Gráfico 26 – Estudantes participantes do Enade 2004, com renda familiar de até 3 e mais de 3 salários mínimos, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004	57
Gráfico 27 – Estudantes participantes do Enade 2004, com renda familiar de até 10 e mais de 10 salários mínimos, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004	58

APRESENTAÇÃO

O estudo ora apresentado por Gladys Beatriz Barreyro nos ajuda a entender a Educação Superior Brasileira, principalmente considerando o segmento privado, que representa hoje uma parcela de mais de 70%.

A análise traz dados sobre instituições, cursos, vagas, matrículas, concluintes, professores e opiniões dos estudantes.

Segundo a pesquisadora, o segmento privado foi inaugurado com a República, em 1891, deixando de ser exclusividade das ordens religiosas. Em 1890 correspondia a 2.300 estudantes.

Apenas em 1930 foram estabelecidas normas para sua organização, mediante o Estatuto da Universidade Brasileira. A gratuidade foi instituída em 1950.

Em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que normatizou a autorização e o reconhecimento das instituições de ensino superior.

A interiorização da educação superior foi paralela à ampliação do sistema particular de ensino.

A pesquisadora nos traz dados sobre a educação superior em outros países, com dados sobre matrícula e gasto em educação.

Questões de gênero merecem também sua atenção, apontando para um crescimento de matrícula feminina.

Esperamos, com esta publicação, estar oferecendo uma síntese do processo de privatização que vem ocorrendo na educação superior do Brasil, para ajudar a entender os desdobramentos decorrentes desse fenômeno.

A todos uma boa leitura!

Lia Scholze
Assessora da Editoração e Publicações

Mapa do Ensino Superior Privado

Gladys Beatriz Barreyro

INTRODUÇÃO

Este trabalho, encomendado pelo Inep/DTDIE,* apresenta visão da educação superior brasileira, enfatizando o setor privado que a compõe.

Neste estudo foram utilizados principalmente os dados do Censo da Educação Superior 2004 e o Questionário Socioeconômico do Enade 2004. Outros dados complementares, obtidos do próprio Inep, da Capes e do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) também foram considerados. Dados para comparações internacionais advindos da Unesco e da OECD também foram empregados.

O estudo consta de duas partes. A primeira consiste numa síntese histórica da educação

superior brasileira, com destaque para sua face privada, pois alguns elementos permitem compreender e explicar muitos aspectos desse nível de educação no momento atual.

A segunda parte apresenta os dados mais recentes (2004) obtidos de todo o sistema, analisando-os segundo: instituições, cursos, vagas, matrículas, concluintes, professores e opiniões dos estudantes da educação superior brasileira. Também se leva em conta a evolução do setor nas últimas décadas.

Esperamos que possa ser um instrumento que favoreça a construção de novos e mais atuais conhecimentos, promover discussões e orientar políticas sobre esse nível de ensino.

* Projeto BRA/04/049 – A Educação do século 21: Estudos, Pesquisas, Estatísticas e Avaliações Educacionais – Produto 4.

1ª PARTE

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A educação superior no Brasil teve desenvolvimento diferente do restante do continente sul-americano. Assim, a colonização espanhola incluiu as universidades, dentre as instituições que reproduziu na América, criando a primeira delas em 1538.

Os primórdios da educação superior no Brasil começaram em 1572 com a criação dos cursos de Artes e Teologia no Colégio dos Jesuítas da Bahia. Depois da expulsão dessa ordem religiosa, em 1759, houve a abertura de aulas de matérias isoladas até que, em 1776, uma faculdade foi criada no Seminário dos franciscanos no Rio de Janeiro e, em 1798, no Seminário de Olinda (Cunha, 1980).

Mas, o ensino superior não-religioso iniciou-se com a transferência da sede do império português para o Brasil. A partir de 1808 foram instalados cursos superiores no Rio de Janeiro com o intuito de suprir as necessidades do Estado, formando profissionais para a burocracia e também profissionais liberais. Criaram-se, então, cursos de Cirurgia, Medicina e Matemática, relacionados com as atividades militares, e Agronomia, Desenho Técnico, Economia, Química e Arquitetura, destinados à burocracia estatal. Houve outros cursos ligados à Academia de Belas Artes, tais como os de Desenho, História, Arquitetura e Música. Depois da Independência, foram criados os cursos de Direito.¹

Desde começos do século 19, então, o desenvolvimento do ensino superior esteve ligado à formação profissional. Esse ensino foi estruturado em estabelecimentos isolados e essas escolas isoladas persistiram durante todo o Império, embora mudando de forma: academias, faculdades, etc. com tentativas de reuni-las, às quais não foram bem-sucedidas. Embora existissem discussões sobre a criação de uma universidade, nada foi concretizado.

Foi depois da Independência que se formaram no Brasil dois setores, o do ensino estatal (secular) e o do ensino particular (religioso). Pode-se afirmar, então, que, já no Império, o consenso geral havia consagrado a liberdade do ensino particular primário e médio, pois os políticos liberais desejavam ver o Estado se retirar progressivamente do campo educacional, em nome da liberdade de opinião e crença.

Mais especificamente, só se pode falar em ensino superior privado no Brasil a partir da República, pois a Constituição de 1891 “descentralizou o ensino superior, que era exclusivo do poder central, delegando-o também para os governos estaduais e permitiu a criação de instituições privadas” (Sampaio, 2000, p. 37). Essas instituições eram de confissão católica ou criadas pelas elites locais (às vezes com o apoio de governos estaduais ou exclusivamente pela iniciativa privada).

A criação de escolas superiores livres por particulares permitiu maior desenvolvimento do ensino superior. Assim, se em 1880 havia 2 mil e 300 estudantes, em 1915 somavam mais de 10 mil matrículas. Em 1930, havia quase 20 mil alunos. Entre 1892 e 1910, foram criadas 27 instituições de ensino superior.

Como se pode observar até aqui, o ensino superior no Brasil esteve ministrado por escolas isoladas e não por universidades – sendo essa uma tendência do sistema.

Nos finais do século 19, haviam-se consolidado no campo educacional duas vertentes, os positivistas – contra a criação de uma universidade – e os liberais – a favor. Isso retardou o aparecimento da primeira universidade no país.² Assim, foi preciso chegar até o século 20 para ser criada, em 1920, a primeira instituição, a

¹ Salvo indicação em contrário, esse histórico está baseado na obra de Luiz Antônio Cunha (1980).

² Com a sanção da Lei Orgânica do Ensino Superior em 1911, tentou-se controlar a tendência de criação de faculdades de duvidosa qualidade e, com a sanção de legislação complementar em 1915 foram criados os exames “vestibulares” para seleção mais efetiva dos candidatos.

Universidade do Rio de Janeiro,³ embora na prática fosse “um conglomerado de escolas que continuavam a ser tão isoladas quanto antes” (Cunha, 1980, p. 193).

O modelo “universidade” respondia às iniciativas de uma elite intelectual laica que defendia a idéia da instituição como “pluralidade de organização universitária; a autonomia administrativa, pedagógica e financeira diante do Estado; a inclusão de museus e institutos de pesquisa ao lado das faculdades; a criação da escola normal superior e de faculdades de Ciências e/ou Letras; a criação do “espírito universitário” pela contigüidade geográfica dos edifícios, integração dos cursos entre si e dos alunos com os professores; a atuação no sentido da renovação da cultura brasileira pela pesquisa científica, o incentivo às obras de cultura e à extensão, divulgando conhecimentos técnicos, científicos e artísticos” (Cunha, 1980, p. 203). Essa visão diferenciava-se do modelo de formação profissional que tinha se desenvolvido até então e, também, da mera união de escolas.

A partir desse momento, surgiram outras, tais como a Universidade de Minas Gerais, com a aglutinação de faculdades, em 1927, e a Universidade do Rio Grande do Sul, em 1932, apesar de ambas continuarem a funcionar como conglomerado de escolas isoladas.

Foi em 1931, durante o governo de Getúlio Vargas e um ano após a criação do Ministério da Educação, que foram estabelecidas normas para a organização do ensino superior com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31, vigente até 1961), que organizava o ensino superior no país permitindo as formas de universidade e instituto isolado. As universidades poderiam ser mantidas pelo governo federal ou pelos estaduais, portanto oficiais, ou “livres”, mantidas por fundações ou associações particulares. O ensino continuava sendo pago nos estabelecimentos oficiais. Essa

“matriz de origem” do ensino superior (universidade – instituto isolado; poder público – iniciativa privada) mostra duas características importantes do sistema que são relevantes até hoje.

Na década de 1930, foram criadas a Universidade de São Paulo (1934) e a Universidade do Distrito Federal (1935). Segundo Cunha (1980), a fundação dessas instituições teve finalidade política. Assim, a Universidade de São Paulo foi produto da derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, cujos seguidores a criaram para formar os quadros da oligarquia paulista.

Já em 1935, Anísio Teixeira, que tinha um projeto liberal igualitarista⁴ fundou a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, resultando da criação de algumas instituições e de incorporações de outras que já existiam. Tanto na USP quanto na Universidade do Distrito Federal foram contratados professores franceses.

Também nesses anos, surgiram no Distrito Federal, e em outros Estados, algumas instituições ligadas à Igreja Católica, que seriam, no futuro, as universidades católicas.

Tabela 1 – Primeiras universidades e ano de criação

Universidade	Ano de criação
Universidade do Rio de Janeiro ⁽¹⁾	1920
Universidade de Minas Gerais	1927
Universidade Técnica de Rio Grande do Sul ⁽²⁾	1932
Universidade de São Paulo	1934
Universidade do Distrito Federal	1935-1939

Fonte: Elaborada com dados de Cunha (1980).

¹⁾ Chamada Universidade do Brasil desde 1937.

²⁾ Criada em 1896 com o nome de Escola de Engenharia de Porto Alegre. Desde 1934, Universidade de Porto Alegre.

³ Em decorrência da sanção da Lei Orgânica, foram criadas algumas “universidades” cuja existência foi efêmera. Tal o caso da Universidade do Amazonas – criada em 1909 e dissolvida em 1926, a Universidade de São Paulo (que não teve nenhuma conexão com a futura USP e era de caráter privado) – criada em 1911 e refundida em 1917 – e a Universidade do Paraná, criada em 1912 e dissolvida em 1915. Por isso, a mencionada Universidade do Rio de Janeiro é considerada a primeira universidade, hoje denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, divulgado por essa corrente, concentra o ideário dos liberais (elitistas e igualitaristas) que defendiam a escola pública, laica e gratuita.

Nesse período não foram contemplados os anseios de criação de uma universidade como proposta pelo movimento escolanovista: pública, dedicada à pesquisa e à produção de conhecimento, pois houve disputa pelo controle do ensino superior entre as elites laica e católica (Sampaio, 2000).

Nesse contexto, foram fundadas também faculdades isoladas, nas quais se desenvolveram cursos de artes, profissionais (saúde) e de formação de professores. Segundo Sampaio, predominavam as de pequeno porte. Alguns dados permitem mostrar um panorama do que acontecia no setor privado desde a década de 1930:

Tabela 2 – Estabelecimentos e matrículas na educação superior privada

Ano	Estabelecimentos		Matrículas	
	Nº	%	Nº	%
1933	265	64,4	14.737	43,7
1935	259	61,7	16.590	48,5
1940	293	62,5	12.485	45,1
1945	391	63,1	19.668	48,0

Fonte: Sampaio (2000, p. 46).

Os dados mostram já a preponderância desse setor na quantidade de estabelecimentos, possivelmente de pequeno porte, e do alcance das matrículas, mais de 40% nesses anos.

O processo de abertura política que se seguiu ao primeiro governo Vargas, durante o governo Dutra, em 1945,⁵ teve como atores importantes os estudantes, principalmente por meio da União Nacional dos Estudantes (que havia sido criada em 1938). Surgiu, assim, a luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade, que visava à democratização e à ampliação do acesso, à atenuação do rigor nos exames vestibulares, assim como à proposta de universidade a serviço da sociedade.

⁵ Continuo a basear-me em Cunha, mas agora na sua obra de 1983.

⁶ Segundo Sampaio (2000, p. 49), não existem estatísticas oficiais dos estabelecimentos públicos e privados de nível superior para o período 1945-1965. A autora utiliza informações parciais sobre o setor para sua análise, obtidas junto à Associação Brasileira Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) que considera apenas as mantenedoras afiliadas à associação. Por isso, prefiro basear a análise em Cunha (1983) que cita dados do MEC.

O processo social, político e econômico do País decorrente do desenvolvimentismo (industrialização, urbanização crescente, ingresso de capitais e empresas estrangeiras, migração, ascensão social das classes médias etc.) havia gerado uma demanda maior de escolarização em todos os graus. Assim, o crescimento do ensino superior depois de 1945 foi enorme, como pode ser observado na Tabela 3:

Tabela 3 – Matrículas no ensino superior

Ano	Matrículas
1945	27.253
1964	142.386

Fonte: Elaborado com dados de Cunha (1983), baseado em dados do MEC

Nesse período, até 1960,⁶ o crescimento do ensino superior ocorreu com base na criação de institutos isolados e de universidades que aglutinavam alguns desses institutos. Esse crescimento foi desordenado e fora do controle governamental, consistindo na criação de institutos isolados, contrapondo, assim, as expectativas estudantis (Cunha, 1983):

Tabela 4 – Instituições de educação superior – 1945 e 1964

Ano	Universidades	Estabelecimentos isolados
1945	5	293
1964	37	564

Fonte: Cunha (1983, p. 254).

Também aconteceu a criação de universidades estaduais: surgidas de anexação de instituições privadas e, num momento posterior, da federalização dessas mesmas universidades (1961) e também da incorporação de instituições privadas na rede federal (Sampaio, 2000, p. 47-48). Isso explica a pequena diminuição percentual das matrículas da rede privada em relação à das instituições públicas:

Tabela 5 – Matrículas nas IES privadas

Ano	Matrículas em instituições privadas
1954	40,3%
1964	38,7%

Fonte: Elaborado a partir de Cunha (1983, p. 93), dados do MEC.

Sampaio assinala dados que mostram diminuição menor nas matrículas do ensino superior privado. Sua fonte é o Nupes/USP:

Tabela 5.1 – Matrículas nas instituições privadas

Ano	Número	Percentual
1955	72.652	42,3
1960	93.202	41,2

Fonte: Sampaio (2000, p. 46).

Nesses anos, também, aconteceu o surgimento das instituições católicas, sendo a do Rio de Janeiro a primeira delas, criada em 1944, constituindo o germe das futuras PUCs. Essas instituições se conformavam “antes como um setor semigovernamental do que estritamente privado, tendo dependido, em maior ou menor grau de financiamento estatal” (Sampaio, 2000, p. 48).

Cabe assinalar, como fatos relevantes do período, a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961 (decorrente da Constituição de 1946) e sua legislação complementar que definiu normas para a autorização e reconhecimento das instituições de ensino superior (Sampaio, 2000). Mas a LDB manteve assuntos questionados pelos estudantes como a cátedra vitalícia. No geral, a Lei ficou muito aquém das reivindicações estudantis que visavam impulsionar uma universidade construída com valores nacionais, e das aspirações dos liberais que pretendiam uma organização universitária. Isso tudo, somado ao crescimento desordenado do sistema, com a forma de institutos isolados e longe do controle governamental gerou uma demanda pela reforma universitária.

Paralelamente à aprovação da LDB, o movimento estudantil tinha realizado vários seminários de discussão sobre o assunto desde 1957 (1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino), seguindo como o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (Salvador, 1961) que gerou a “Carta da Bahia” na qual foram explicadas as diretrizes da reforma: “quebra das barreiras entre as faculdades; criação de institutos, organização do regime departamental e do trabalho docente e discente em tempo integral; extinção da cátedra vitalícia” (Cunha, 1983, p. 225). Também reclamavam bolsas de estudo, alimentação, alojamento e trabalho remunerado na universidade. A gratuidade não foi reivindicada, pois de fato estava funcionando desde 1950.

Merece destaque a criação da Universidade de Brasília, em 1961, pois foi fundada a partir de um plano definido de unidades, institutos, centros e faculdades e não da integração de escolas isoladas como na criação de universidades até então.

Em 1964, um golpe de Estado instituiu o governo militar. Em 1965, o Ministério da Educação e Cultura convidou o consultor americano Rudolph Atcon que realizou estudo que propunha a implantação de modelo empresarial de estrutura administrativa universitária. Houve também o estudo da Comissão Meira Matos instituída pelo governo para analisar as questões estudantis. E, ainda, o Grupo de Trabalho Interministerial para estudo e implantação da Reforma Universitária, instituído por decreto federal, em 1968, e constituído por membros do Ministério da Educação (o ministro o presidia), do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, do Congresso Nacional e membros das universidades.

Depois desses estudos, foi implantada a *reforma universitária*, em 1968, no mesmo ano em que os militares instituíram o AI-5, Ato Institucional nº 5, que atacou os direitos civis e políticos, perseguindo os opositores do regime, especialmente professores e estudantes.

Mas essa reforma continuou a manter o sistema de estabelecimentos isolados, apesar de manifestar que a universidade era o modelo desejável para o Ensino superior. A Lei de reforma universitária trouxe mudanças como: a unificação

do vestibular; criou carreiras de curta duração; instituiu um ciclo geral e estabeleceu a matrícula por disciplinas em forma de créditos; implementou o sistema de pós-graduação para formar cientistas e professores; extinguiu a cátedra e incorporou os departamentos como forma de organização das instituições; criou a carreira docente baseada nos títulos e méritos e determinou o princípio da dedicação exclusiva (Cunha, 1983).

Assim, a reforma universitária recuperou algumas reivindicações dos estudantes na década anterior, mas sua lógica foi estabelecida de acordo com o modelo socioeconômico do governo que precisava ampliar o acesso ao ensino superior.

O ensino superior tornou-se uma relevante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, importante mercado consumidor no modelo de desenvolvimento econômico associado ao capital internacional e fonte de legitimidade do regime militar-autoritário (Silva Jr., Sguissardi, 2001, p. 178).

A Lei nº 5.540/68 promulgava a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, a ser realizada nas universidades. No entanto, era aceita excepcionalmente a existência de estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. Determinava, também, que esses estabelecimentos formariam federações de escola nas cidades próximas ou seriam incorporados às universidades na própria cidade. Mas, a existência dos estabelecimentos isolados apenas como exceção não foi cumprida.

A expansão do ensino superior foi muito acelerada na década de 1970, como é mostrado na Tabela 6.

Tabela 6 – Matrículas nas instituições de ensino superior

Ano	Matrículas
1968	278.295
1971	561.397
1977	1.159.046
1980	1.377.286

Fonte: Inep/MEC (2000).

Assim, as matrículas duplicaram em 4 anos (de 1968 a 1971) e voltaram a duplicar em 7 anos (de 1971 a 1977).

Essa expansão foi realizada predominantemente pela iniciativa privada, não confessional, com o apoio do Estado e fora dos grandes centros urbanos, produzindo-se um “sistema dual”: as grandes universidades e as faculdades isoladas interioranas, sendo nestas últimas onde as classes médias conseguiam o diploma que lhes permitiria sua ascensão social. Surgiram, assim, os empresários do ensino superior, oriundos de instituições privadas de 1º e 2º graus, transformando suas associações com um novo objetivo (Silva Jr., Sguissardi, 2001).

Entre 1960 e 1980, a grande expansão do sistema admite que professores recém-formados ministrem os cursos, com numerosos alunos por sala, em instituições isoladas que não desenvolviam pesquisa. Essas características teriam contribuído para a baixa qualidade do ensino superior no período (Moreira apud Silva Jr., Sguissardi, 2001, p. 194-198).

O Conselho Nacional de Educação, criado pela LDB de 1961, teve importante função como órgão de regulamentação do ensino superior. Sendo composto também por pessoas do ensino particular, segundo a lei, coube-lhe uma importante tarefa na abertura de brechas na legislação. Mas,

se as brechas legais prevaleceram nesse período, foi em decorrência da pressão dos interesses do ensino privado, respaldados, por sua vez, na pressão da demanda: a força do setor privado mostrou-se, efetivamente, mais eficaz nessa arena decisória. (Sampaio, 2000, p. 68).

Importante destacar também a pressão exercida pelos “excedentes”: alunos que aprovavam o vestibular, mas não ingressavam por falta de vagas.

Entre meados da década de 1970 e meados da década seguinte, houve a aglutinação de instituições: primeiro pela transformação de estabelecimentos isolados em federações de escolas e, depois, no final da década de 1980, pela transformação desses estabelecimentos (isolados ou federações de escolas) em universidades privadas (Sampaio, 2000, p. 76).

Tabela 7 – Instituições de educação superior segundo a categoria administrativa e a organização acadêmica – 1971/1975/1980

Ano	Universidades		Estabelecimentos Isolados		Federações	
	Públicas (federais e estaduais)	Privadas (particulares e municipais)	Públicos	Privadas	Públicas	Privadas
1971	31	16	81	511	-	-
1975	36	21	92	711	-	-
1980	43	22	65	643	1	19

Fonte: Sampaio (2000, p. 71) com base em dados do MEC.

Nesses anos foram criadas instituições de ensino superior em municípios no interior dos Estados. Esse processo de “interiorização” da educação superior, principalmente, aconteceu nos Estados de Santa Catarina (décadas de 1960 e 1970) e de Goiás (década de 1980), a partir da criação de fundações educacionais “cuja finalidade, na maioria dos casos, era facilitar e garantir a criação de unidades de ensino superior privado, com a utilização de prerrogativas desfrutadas pelas instâncias públicas” (Dourado, 2001, p. 180). A modalidade da fundação permitiu a implantação do ensino pago pela contratação de serviços do setor privado e pela cobrança de mensalidades escolares, apesar de elas serem municipais, portanto, públicas.

Essa situação foi legitimada pela Constituição de 1988 que permitiu que o princípio de gratuidade nas instituições públicas não se aplicasse às criadas por lei estadual ou municipal antes da sanção da Lei maior (art. 242).

A Tabela 8 mostra como em períodos de cinco anos (1985-1990) dobra o número de universidades privadas, diminui o número de estabelecimentos isolados e aumenta o número de federações de escolas.

Se o Conselho Federal de Educação foi responsável por autorizar a conversão das instituições isoladas em universidades, foram a Constituição Federal de 1988, e depois a LDB, que lhes outorgaram autonomia. Assim, o setor privado achou conveniente transformar suas instituições em universidades, pois com autonomia é possível ter maior flexibilidade na gestão, por exemplo, abrindo ou fechando cursos, segundo a demanda do mercado. Paralelamente, continuou a interiorização do ensino superior, ocorrendo o aumento de estabelecimentos particulares no Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Também, verificou-se interiorização nos Estados, seguindo características diferenciadas (pelo setor público, pelo setor privado, pelo setor privado-municipal).

Tabela 8 – Instituições de educação superior segundo a categoria administrativa e a organização acadêmica – 1980/1985/1990/1994

Ano	Universidades		Estabelecimentos isolados		Federações		Total
	Total	Privada	Total	Privados	Total	Privadas	
1980	65	20	797	643	20	19	882
1985	68	20	732	548	59	58	859
1990	95	40	749	582	74	74	918
1994	127	59	637	490	84	84	848

Fonte: Sampaio (2000, p. 77).

Em São Paulo, estado que concentra a maior quantidade de matrículas do País, houve processo de interiorização, predominantemente pelo setor privado (Sampaio, 2000).

Mas, o processo de expansão e privatização da educação superior brasileira sofreu aceleração na década de 1990, especialmente durante o governo de FHC favorecido pela sanção de legislação específica.

A promulgação da Constituição de 1988 já havia mantido o ensino livre à iniciativa privada, como postulado na Constituição republicana de 1893, sempre que respeitadas as normas gerais da educação e com a autorização e avaliação do poder público (art. 209). Também, declara-se a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial para as universidades; assim como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (art. 206 e 207). Também, afirma-se que recursos públicos podem ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que regulamenta a Constituição, pela sua vez, permite a criação de instituições privadas *stricto sensu*.

Assim, o sistema federal de ensino superior está integrado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) mantidas pela União e as criadas e mantidas pela iniciativa privada. São públicas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e privadas, as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. As privadas distinguem-se em com ou sem finalidade de lucro. As primeiras são as *particulares* (em sentido estrito) e as privadas sem fins lucrativos são as *comunitárias, confessionais ou filantrópicas*.

Na regulamentação da LDB, o Decreto nº 2.306, de 15 de abril de 1997, legisla sobre as mantenedoras. Assim, essas entidades deviam escolher assumir natureza civil ou comercial passando a ser classificadas como: entidade mantenedora de instituição sem finalidade lucrativa ou com finalidade lucrativa.

A legislação prevê que as mantenedoras das instituições comunitárias confessionais ou

filantrópicas não podem ter finalidade lucrativa, e devem também adotar o art. 14 do Direito Tributário Nacional – isenção fiscal.

Assim, as instituições com finalidade lucrativa “deixaram de se beneficiar diretamente de recursos públicos e indiretamente da renúncia fiscal, enquanto as demais [as instituições com fins lucrativos] permaneceram imunes ou isentas à incidência tributária” (Carvalho, 2005, p. 7).

A noção de instituições comunitárias é elemento novo no sistema de ensino superior a partir da LDB, pois permite incorporar instituições laicas, desde que se definam sem fins lucrativos e tenham participação da comunidade em sua organização acadêmica e financeira, pleiteando assim o acesso aos recursos públicos, segundo o princípio constitucional.

As IES sem finalidade lucrativa “devem comprovar, sempre que solicitada: a) a aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de ensino superior mantida; b) a não-remuneração ou concessão de vantagem de benefícios por qualquer forma ou título aos seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros ou equivalentes; c) pelo menos 60% da receita das mensalidades escolares devem ser destinadas para as despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, incluindo encargos e benefícios sociais” (Sampaio, 2000, p. 145). A comprovação destes aspectos é indispensável para fins de credenciamento e reconhecimentos.

O Decreto nº 3.860/2001 no seu art. 5º complementa a legislação anterior, exigindo, para as IES sem fins lucrativos, a publicação anual de suas demonstrações financeiras certificadas por auditores independentes e com parecer do respectivo conselho fiscal; a escrituração de todos os seus dados fiscais em livros, segundo a legislação pertinente, e todos os atos ou operações que modifiquem sua situação patrimonial e conservar por cinco anos os documentos sobre receitas e despesas. As IES sem fins lucrativos também devem se submeter à auditoria do MEC, quando solicitado, e comprovar à aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição de ensino superior mantida; e a não remuneração ou concessão de vantagens ou

benefícios a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes.

Também, o artigo 45 da LDB permitiu a diversificação das instituições; sua regulamentação pelo Decreto nº 2.306/97 do Presidente da República, tornou possível a criação de diferentes organizações acadêmicas autorizadas a ministrar educação superior. Essas formas: *centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores* podem educar sem precisar desenvolver as funções indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão que as universidades devem cumprir, como postula a Constituição (art. 207). Assim, o Centro Universitário gozava de autonomia para criar novos cursos sem o ônus da indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão que é mais cara.

Outro elemento importante foi a flexibilização dos requisitos de ingresso, pois já não são apenas os vestibulares senão “processos seletivos” que permitem a admissão (art. 44, inc. II).

No que diz respeito à avaliação, a LDB manifesta a validade limitada da autorização de funcionamento de instituições e o reconhecimento de cursos devendo ser renovados periodicamente, a partir da realização de avaliações.

Na prática, a avaliação foi realizada pela implementação do Exame Nacional de Cursos (ENC) – o Provão –, introduzido em 1996 e a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, em 1997, baseada na verificação em campo de três dimensões: corpo docente, organização didática e pedagógica e instalações físicas. Assim, “contrariando a proposta de governo do candidato Fernando Henrique Cardoso, o foco da avaliação do ensino superior deslocou-se da dimensão institucional para a dimensão individual” (Cunha, 2003, p. 49).

Na implantação da sistemática de avaliação, foi, portanto, desconsiderado o processo que

havia implantado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub)⁷ e inaugurada a tendência avaliativa do controle centralizado, em um sistema cada vez mais autônomo e diferenciado.

Ante a abertura de novos cursos, sem muito controle quanto à qualidade e à necessidade, canalizando a demanda por educação superior pela via da iniciativa privada, o mecanismo estabelecido para realizar o controle de qualidade foi a *avaliação*, embora muito desacreditada pela escassa aplicação de medidas, decorrentes dos resultados nas instituições e cursos, deixando a regulação pela via do mercado: “O resultado desses novos processos centralizados de avaliação, especialmente do ‘Provão’; tem sido a publicação de *rankings* das universidades...” (Catani, Oliveira, 2000, p. 116).

Assim, o Provão atuou como “... um regulador não tradicional da mesma forma que ‘a mão invisível do mercado’, do liberalismo clássico” (Barreyro, 2004, p. 41). Aplicado gradativamente aos graduandos das diversas áreas, acabou por constituir um mecanismo que regulava *livremente* a qualidade do ensino superior. Baseado numa “lógica de mercado” (Ristoff, 2002), o princípio era que as IES, cujos alunos não obtivessem bom desempenho na prova, deveriam melhorar sua qualidade; caso contrário, perderiam alunos para outras mais eficientes.

Depois da sanção da LDB, houve uma surpreendente expansão do sistema (Tabela 9).

Tabela 9 – Quantidade de matrículas na educação superior – 1995 e 2002

Ano	Matrículas
1995	1.759.703
2002	3.479.913

Fonte: MEC/Inep (2003)

⁷ O Paiub foi uma iniciativa de avaliação das universidades públicas brasileiras, decorrente de experiências realizadas em algumas delas e construídas com a participação de entidades, tais como o Fórum de Reitores de Cursos de Graduação (Prograd), a Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), entre outros. Estava baseado nos princípios de: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não punição ou premiação, adesão voluntária, legitimidade, continuidade.

Tendo alcançado tanta proporção de matrículas durante a última década, o setor privado consolidou-se. Nos últimos anos, segue a tendência: em 2004 possui mais de 70% das matrículas nesse setor.

Ainda, a problemática da privatização da educação superior é mais complexa. Alguns autores consideram que a educação superior passou por um processo de privatização que inclui tanto a criação de novas instituições

privadas quanto processos de privatização no interior da universidade pública (Sguissardi, 2002). Assim, a existência de fundações dentro da universidade pública tem favorecido a criação de cursos de especialização ou de pós-graduação pagos, apesar de a Constituição postular o “ensino gratuito em estabelecimentos oficiais”.

Depois desse breve panorama histórico, examinaremos os dados recentes que mostram o estado atual do ensino superior e sua privatização.

Tabela 10 – Instituições de educação superior segundo a categoria administrativa

Tipo/Ano	1994	1998	2001
Públicas	25,6	21,5	11,9
Privadas	74,4	78,5	88,1

Fonte: MEC/Inep (2003).

Tabela 11 – Matrículas segundo a categoria administrativa

Ano	Matrículas	%	Pública	%	Privada	%
2004	4.163.733	100	1.178.328	28	2.985.405	72

Fonte: MEC/Inep (2005).

2ª PARTE

A EDUCAÇÃO SUPERIOR HOJE: UM SISTEMA COM PREDOMÍNIO DO SETOR PRIVADO

1 O BRASIL NO MUNDO

Ao apresentar a situação da educação superior brasileira, com ênfase no processo de privatização, é interessante comparar alguns dados com os de outros países. Para tal, foram selecionados alguns deles, utilizando-se diversos critérios: países desenvolvidos (Estados Unidos, Grã Bretanha, Japão, Austrália e outros), latino-americanos (Argentina, Chile, México), em desenvolvimento – algum deles com *boom* econômico – (Indonésia, República de Coréia), além de outros com modelos de universidade que inspiraram a organização dessa instituição no mundo (Alemanha, França). Alguns países foram selecionados ainda devido à preponderância do setor público (Argentina, França); outros devido à preponderância do setor privado (Chile, República de Coréia), e, em função da grande proximidade cultural, selecionou-se também a mãe-pátria (Portugal).

Consideram-se que as informações sobre matrículas e gasto em educação nesses países permitem comparar com a situação nacional.

Por exemplo, a taxa de escolarização bruta é indicador educacional que permite comparar o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na idade esperada para estar estudando nesse nível (na educação superior, a população considerada mundialmente é aquela que tem entre 18 e 24 anos).

O Brasil apresentava em 2002/2003 uma taxa de escolarização bruta de 21%, sendo uma das mais baixas do conjunto de países selecionados, como se observa a seguir:

Pode-se observar que, dos selecionados, o México é o país que tem indicador mais próximo ao do Brasil e ambos só não estão abaixo da Indonésia, que tem a menor porcentagem da

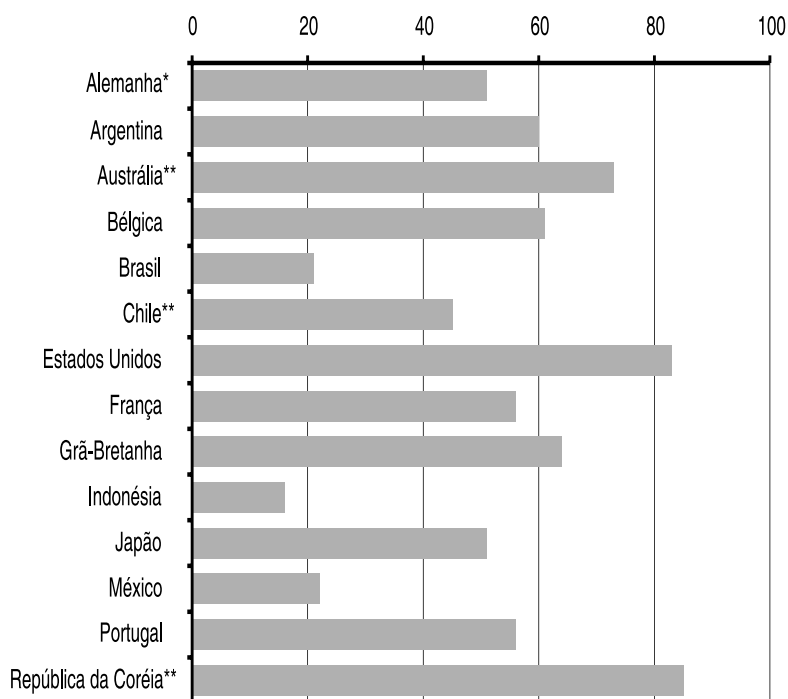


Gráfico 1 – Taxas de escolarização bruta em países selecionados – 2002/2003

Fonte: Unesco/UIS 2005

população na educação superior. Nota-se, ainda, que outros países da América Latina possuem indicadores mais altos que o Brasil (Argentina, Chile), e que os países desenvolvidos (Estados Unidos, Grã Bretanha, França, Austrália, Japão, etc.), apresentam indicadores altos. Salienta-se, contudo, o caso da República de Coréia, que é o país com maior taxa de escolarização dentre o grupo selecionado, não obstante os efeitos da guerra que viveu no século passado. Já a situação do Brasil deve-se a diversos fatores, como alguns que foram apontados na primeira parte.

Destaca-se, também, dentro da taxa bruta de escolarização, uma taxa maior nas matrículas femininas, tanto no Brasil quanto nos países ocidentais. Trata-se de tendência mundial, verificada também em outros níveis de ensino (Tabela 12).

Além desse fator de gênero, chama a atenção, para os fins deste estudo, um outro indicador: a porcentagem de matrículas segundo o tipo de instituição pública ou privada, nos diferentes países (Tabela 13).

Tabela 12 – Taxa de escolarização* bruta (total, masculina e feminina) em países selecionados – 2002/2003

País	Âmbos os sexos	Masculina	Feminina
Alemanha**	51	51	51
Argentina	60	48	72
Austrália***	73	65	80
Bélgica	61	56	66
Brasil	21	18	23
Chile***	45	47	44
Estados Unidos	83	71	96
França	56	49	63
Grã-Bretanha	64	57	72
Indonésia	16	18	15
Japão	51	54	47
México	22	23	22
Portugal	56	48	64
República da Coréia***	85	105	64

Fonte: Unesco/UIS 2005.

*Razão entre a matrícula nos cursos de graduação e a população de 18 a 24 anos.

** Dados estimados.

*** Dados correspondentes a 2003/2004.

Tabela 13 – Percentual de matrículas em IES públicas, privadas governamentais e privadas independentes em países selecionados – 2002/2003

País	Pública	Privada dependente do governo	Privada Independente
Alemanha	94,7	5,3	*
Argentina	78,9	7,6	13,5
Austrália	99,8	0,2	0
Bélgica	44,9	55,2	Não se aplica
Brasil	31,7	Não se aplica	68,3
Chile	25,8	17,7	56,5
Estados Unidos	76,8	Não se aplica	23,2
França	83,9	2,6	13,5
Grã-Bretanha	Não se aplica	100	0
Indonésia	39,0	Não se aplica	61,0
Japão	23,0	Não se aplica	77,0
México	66,8	Não se aplica	33,2
Portugal	72,5	Não se aplica	27,5
República da Coréia	19,2	Não se aplica	80,8

Fonte: OECD/Unesco WEI (2005, p. 185).

* Incluso nas privadas dependentes do governo.

Verifica-se que o Brasil tem a maioria de suas matrículas em instituições privadas independentes do governo (68%), da mesma forma que o Chile, o Japão, a Coréia e a Indonésia. Alguns destes países têm sofrido uma expansão relativamente recente do sistema, o que aconteceu pela via do setor privado. O sistema chileno tem uma origem privada de inícios do século 20, com a criação de universidades particulares com financiamento público, além de, também, ter promovido, recentemente, processos de expansão e privatização nas duas últimas décadas do século 20 (Catani, Campbell, Gilioli, 2005). Porém, observa-se que outros sistemas, desenvolvidos anteriormente, possuem as maiores porcentagens de matrículas no setor público (Alemanha, Argentina, Austrália). Existem países cujo sistema é privado, mas funciona com financiamento público governamental (Grã-Bretanha, Bélgica).

Também deve ser destacado que o fato de um sistema ser *público* não implica

necessariamente a gratuidade, tal o caso de parte do sistema norte-americano e do próprio sistema brasileiro que possui instituições públicas municipais, mas que cobram mensalidades, como foi exposto na primeira parte deste estudo.

Se focarmos no gasto público (ou seja, o gasto realizado com dinheiro do Estado) aplicado especificamente na educação superior, é possível verificar quanto desse gasto é aplicado e em qual tipo de instituição (Tabela 14).

Os dados indicam que o Brasil, embora não gaste nas instituições privadas diretamente, senão de forma indireta (isenções, bolsas, etc.), esses gastos destinados às instituições privadas alcançam 12% do gasto público com educação superior.

Em síntese, comparativamente com alguns países, o Brasil possui pouca porcentagem da população de 18 a 24 anos estudando na educação superior (21%), havendo, entre ela, um

Tabela 14 – Percentual de distribuição do gasto público total em educação superior, por tipo de instituição em países selecionados – 2002

País	Gasto público direto em instituições públicas	Gasto público direto em instituições privadas	Transferências públicas indiretas e pagamentos ao setor privado
Alemanha	81,3	2,1	16,6
Argentina	96,2	3,4	0,4
Austrália	65,2	0	34,8
Bélgica	34,3	50,6	15,1
Brasil *	88,1	Não se aplica	11,9
Chile	37,2	33,3	29,5
Estados Unidos	72,9	11,6	15,5
França	88,1	3,3	8,7
Grã-Bretanha	Não se aplica	76,1	23,9
Indonésia	100,0	0	0
Japão	69,9	13,8	16,3
México	94,9	Não se aplica	5,1
Portugal	92,8	Não se aplica	7,2
República da Coréia	70,4	26,1	3,5

Fonte: OECD/Unesco WEI (2005, p. 195).

*Os dados do Brasil correspondem a 2001.

predomínio das matrículas de sexo feminino, como acontece nos países do Ocidente. E a maioria das matrículas encontra-se no setor privado, o qual recebe transferências públicas na forma de isenções e bolsas.

2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E PRIVADA NO BRASIL

2.1 As instituições na educação superior brasileira

Instituições de Educação Superior (IES) é o nome dado àquelas instituições que ministram educação superior, tais como universidades, faculdades, escolas, institutos, etc. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), as instituições classificam-se em categorias administrativas: pública e privada.

Como foram assinaladas na primeira parte do trabalho, são instituições públicas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público e privadas, as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Os últimos dados oficiais (Censo da Educação Superior 2004) mostram que havia no país 2.013 IES, sendo que a maior parte delas (1.789) era privada (Tabela 15).

As instituições de educação superior, no interior da distinção entre público e privado, apresentam diferentes características. Dentre as 224 públicas, 87 delas são federais, 75 estaduais e 62 municipais. As instituições municipais fazem parte do respectivo sistema estadual de Educação.

Tabela 15 – Instituições de educação superior por categoria administrativa – Brasil – 2004

Categoria administrativa	Número	%
Total	2.013	100,00
Pública	224	11,13
Privada	1.789	88,87

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

As privadas enquadram-se nas categorias: particulares, que tem fins lucrativos, e privadas, sem fins lucrativos que podem ser comunitárias, confessionais ou filantrópicas. As instituições sem fins lucrativos têm isenção fiscal, conforme já assinalado.

As particulares, como já foi dito, são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Quanto às privadas sem fins lucrativos, as comunitárias são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua mantenedora representantes da comunidade. As confessionais são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que correspondem à respectiva orientação confessional. As filantrópicas são as instituições de educação ou de assistência social que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração (Soares, 2002).

Todas as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, fazem parte do sistema federal de educação superior. Segundo os dados de 2004, as particulares eram 1.401 e as comunitárias, confessionais ou filantrópicas eram 388 (Tabela 16).

A partir da observação dos dados anteriores, fica evidente a preponderância das instituições

Tabela 16 – Tipos de IES por categoria administrativa – Brasil – 2004

Instituições	Número	%
Total	2.013	100,00
Pública	224	11,13
Federal	87	4,32
Estadual	75	3,73
Municipal	62	3,08
Privada	1.789	88,87
Particular	1.401	69,60
Comunitária, Confessional ou Filantrópica	388	19,27

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

privadas dentro do sistema da educação superior do País (Gráfico 2).

A importância do setor privado na educação superior do País é um fato histórico, como já foi mostrado. Mas, um olhar diacrônico, acompanhando os últimos 24 anos, mostra a importante expansão desse setor.

Enquanto as instituições públicas cresceram pouco nesse período, as privadas, que eram 77% do sistema em 1980, passaram, em 2000, a 85% chegando a 88,8%, em 2004. O crescimento acelerado começou em 1997, como explicado na primeira parte deste documento. A Constituição de 1988 declarou a educação livre à iniciativa privada submetida ao cumprimento das normas gerais da educação nacional e à autorização e avaliação de qualidade pelo poder

público (art. 209). Também, postulou que as universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (art. 207), mas – como já foi assinalado – a LDB permitiu a diversificação da organização acadêmica, tornando possível, além do formato de universidade, a criação de centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores. A essas instituições é permitido, segundo a legislação, ensinar sem desenvolver pesquisa e extensão, implicando, portanto, menores custos. Além do mais, o centro universitário gozava de autonomia para a criação de novos cursos, sem precisar de autorização prévia do Ministério da Educação.

Essa legislação favoreceu a expansão da educação superior, o que foi realizado pelo setor privado (Tabela 18).

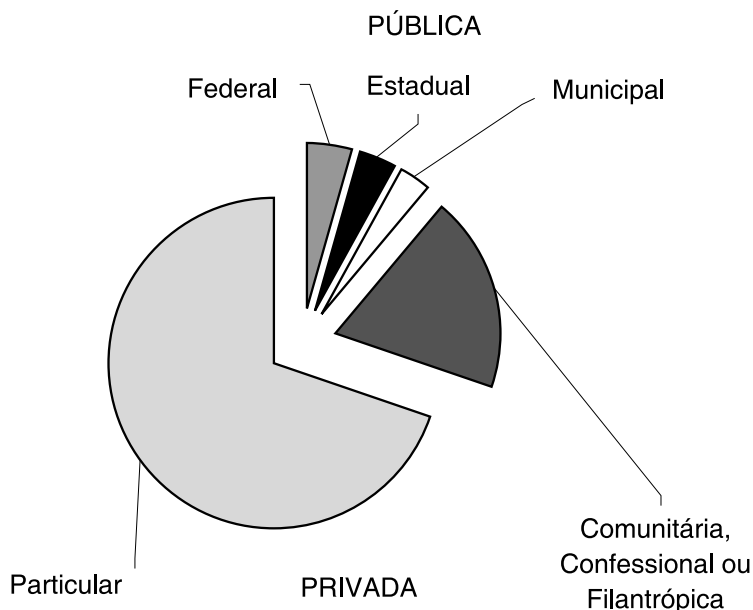


Gráfico 2 – Tipos de IES por categoria administrativa – Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 17 – Evolução do número de IES por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004

Ano	Total	Δ %	Pública	Δ %	Privada	Δ %
1980	882	-	200	-	682	-
1985	859	-2,6	233	16,5	626	-8,2
1990	918	6,9	222	-4,7	696	11,2
1995	894	-2,6	210	-5,4	684	-1,7
2000	1.180	31,9	176	-16,2	1004	46,8
2004	2.013	70,5	224	27,3	1789	78,2

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

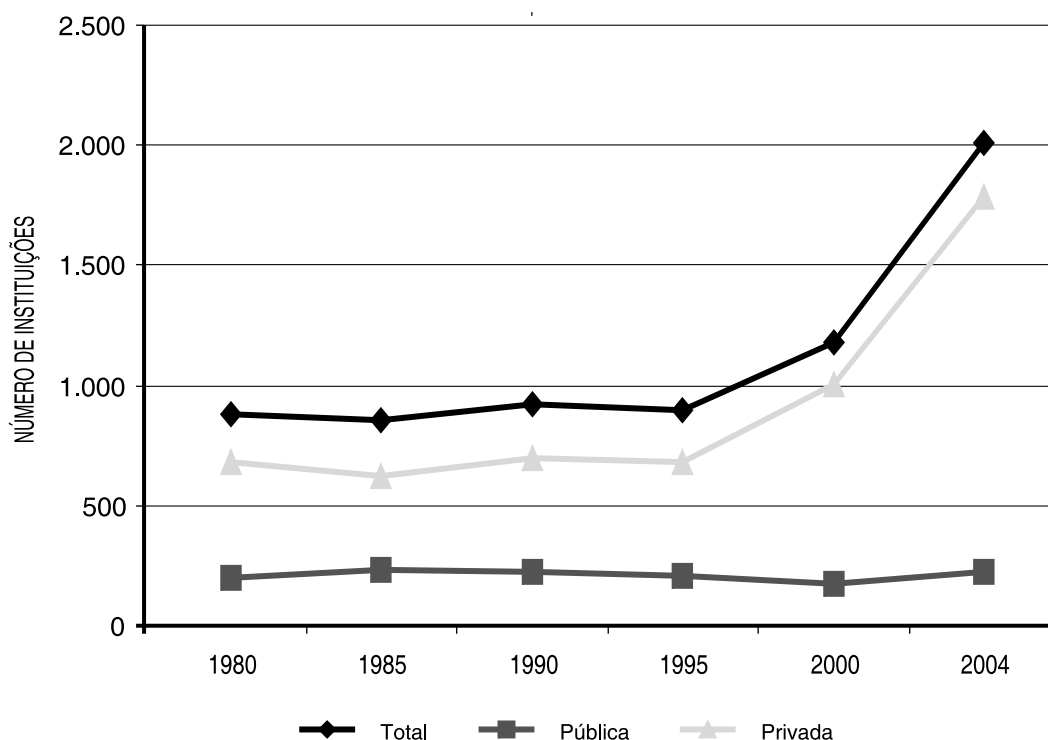


Gráfico 3 – Evolução do número de IES por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 18 – IES segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa – Brasil – 2004

Categoria Administrativa	Universidades		Centros universitários		Faculdades integradas		Faculdades, escolas e institutos		Centros de educação tecnológica	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Total	169	8,40	107	5,32	119	5,91	1.474	73,22	144	7,15
Públicas	83	4,12	3	0,15	3	0,15	86	4,27	49	2,43
Privadas	86	4,27	104	5,17	116	5,76	1.388	68,95	95	4,72

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Como mostram os dados anteriores, as universidades têm quase a mesma proporção no setor público (49%) e no setor privado (51%). Os centros universitários são preponderantemente privados: 97%. Esse tipo de instituição cresceu mais de 700% entre 2001 e 2004 (Inep, 2006, p. 4). Mas, o tipo de instituição preponderante na educação superior brasileira são as faculdades, escolas e institutos privados que “são geralmente pequenas, com uma média de 610 estudantes, e

dedicam-se quase que exclusivamente ao ensino de graduação. O setor privado detém 94,2% dessa organização acadêmica” (Inep, 2006, p. 5). Esse tipo de instituição: a faculdade, escola ou instituto privado constitui 69% do *total de instituições da educação superior brasileiras*. Cabe destacar que isso não significa que possuam o maior número de matrículas, pois são as instituições com mais de 5 mil alunos as que possuem 2.764.783 matrículas (Inep, 2005, p. 1).

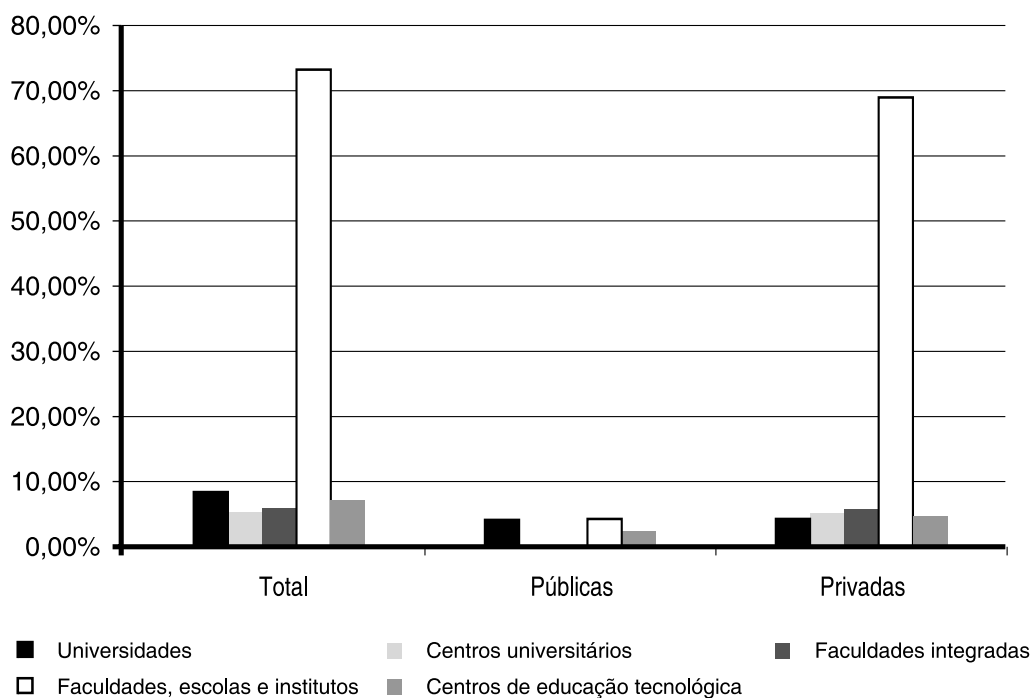


Gráfico 4 – Universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, escolas e institutos e centros de educação tecnológica por categoria administrativa – Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Considerando a distribuição regional das instituições, podemos constatar que quase a metade de todas as IES brasileiras (45%) estão situadas na Região Sudeste e são privadas (Tabela 19).

No interior das regiões, alguns Estados apresentam maior porcentagem de IES privadas do que a média. Por exemplo, o Distrito Federal tem 97% de suas instituições em caráter privado, assim como Espírito Santo (96%), Rondônia e Mato Grosso do Sul (95%), Bahia (94%) e Santa Catarina (94%). Os Estados com menor porcentagem de IES privadas do que a média são

Roraima (67%), Rio Grande do Norte (69%), Alagoas (71%) e Pernambuco (73%).

2.2 Os cursos de graduação na educação superior brasileira

No Brasil, desde a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96) existem diversos tipos de cursos na educação superior brasileira: seqüenciais, de pós-graduação, de extensão e os de graduação.

Os seqüenciais são cursos por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência,

Tabela 19 – IES por categoria administrativa, segundo a região geográfica – Brasil – 2004

Categoria administrativa	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	2.013	118	344	1.001	335	215
Pública	224	18	56	90	37	23
Privada	1.789	100	288	911	298	192

Fonte: MEC/Inep/Deaes

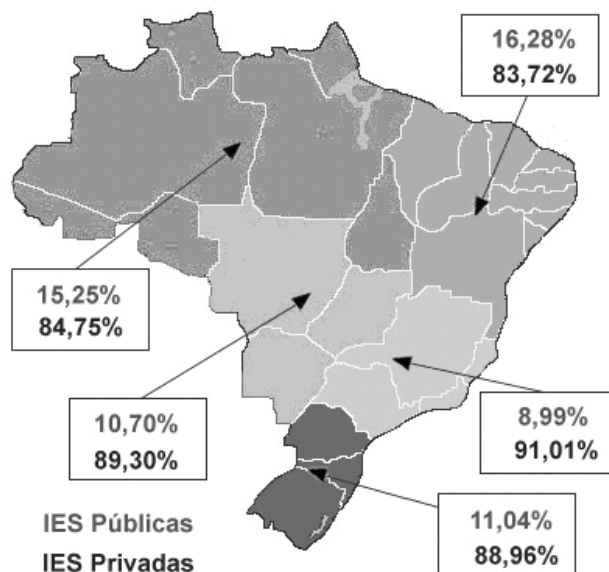


Gráfico 5 – Instituições de educação superior por categoria administrativa, segundo a região geográfica – Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes

abertos a candidatos de nível médio. Estão destinados à obtenção ou à atualização de qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas. Em 2004, eram 674 cursos seqüenciais presenciais com 48.441 matrículas, desses, 529 cursos e 38.536 matrículas estavam no setor privado. Portanto, esse setor possui 78% dos cursos seqüenciais e 80% das suas matrículas.

Cursos de pós-graduação estão destinados a candidatos formados em cursos de graduação que atendam aos requisitos das instituições. São cursos de mestrado, doutorado, especialização e aperfeiçoamento. Em 2005, eram 3.403 cursos de mestrado e doutorado reconhecidos e recomendados pela Capes.

Cursos de extensão são abertos à comunidade atendendo aos requisitos de cada instituição. Havia, em 2004, 11.093 cursos de extensão universitária (com mais de 30h) sendo 52% deles no setor privado, com 248.045 concluintes.

Os cursos de graduação são aqueles destinados aos estudantes que tenham concluído o ensino médio e conseguido a aprovação nos processos seletivos de ingresso na educação superior. Os cursos de graduação podem ser de licenciatura, bacharelado, técnico superior e

licenciatura curta. Podem ser presenciais ou a distância.

Os cursos de graduação com maior número e matrículas são os presenciais. Cursos de graduação a distância são 107, contando com 59.611 matrículas. Já os cursos presenciais são 18.644, dos quais 12.382 estão no setor privado. Esses cursos têm aumentado 475 vezes em 20 anos. Os do setor privado cresceram quase 600 vezes e os do setor público 350 vezes, nesse período.

Enquanto, em 1985, o setor privado possuía 54,5% dos cursos do País, em 2004, eram 66% dos cursos que estavam nesse setor (Tabela 20).

O Gráfico 6 permite visualizar o enorme crescimento registrado no número de cursos, nos últimos 24 anos, destacando as diferenças entre os setores público e privado.

O Gráfico 7 mostra a distribuição dos 66% de cursos ministrados nas instituições privadas entre os dois tipos de instituições privadas, as particulares e as comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Pode-se observar que quase 40% dos cursos de graduação presenciais no País são

Tabela 20 – Evolução do número de cursos por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004

Ano	Total	Δ %	Pública	Δ %	Privada	Δ %
1980						
1985	3.923	-	1.785	-	2.138	-
1990	4.712	20,1	2.001	12,1	2.711	26,8
1995	6.252	32,5	2.782	39,0	3.470	27,9
2000	10.585	69,3	4.021	44,5	6.564	89,2
2004	18.644	76,1	6.262	55,7	12.382	88,6

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

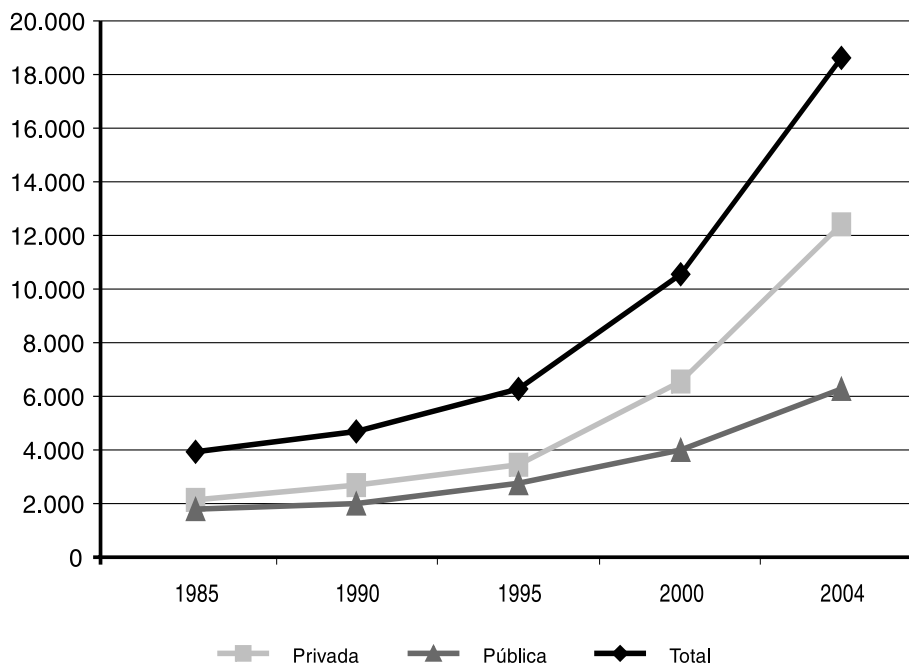


Gráfico 6 – Evolução do número de cursos por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

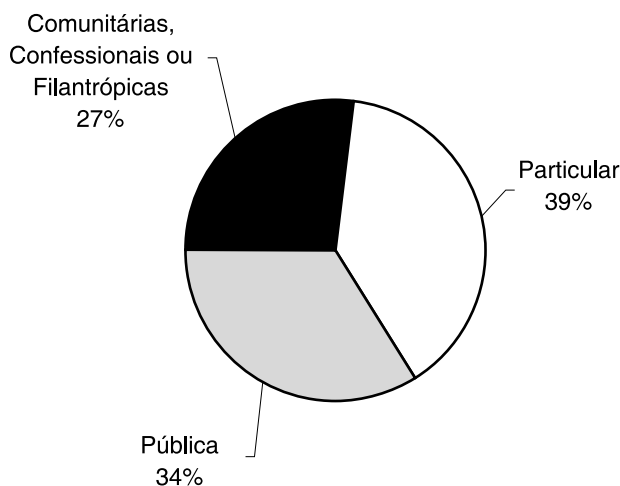


Gráfico 7 – Cursos em IES por categoria administrativa – Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes 2004.

ministrados por instituições privadas particulares (ou seja, com fins lucrativos). As instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas ministram 27% dos cursos do país, mostrando a importância do setor. Já as públicas, ministram 34% dos cursos.

Considerando as regiões do País, os dados de 2004 mostram as diferenças quanto ao número de cursos segundo os setores público e privado (Tabela 21).

Os dados anteriores indicam que as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País são as que possuem mais cursos no setor privado, enquanto o Norte e o Nordeste têm preponderância do setor público. Observa-se, também, que a maioria dos cursos do setor privado da Região Sul é ministrada pelas instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, cuja importância é bem menor em outras regiões, como o Norte e o Nordeste (Gráfico 8).

Tabela 21 – Cursos por categoria administrativa, segundo a região geográfica – Brasil – 2004

Região	Total	Pública	Privada	Particular	Comunitária, confessional, filantrópica
Brasil	18.644	6.262	12.382	7.391	4.991
Norte	1.527	1.015	512	426	86
Nordeste	3.318	2.124	1.194	972	222
Sudeste	8.545	1.397	7.148	4.250	2.898
Sul	3.561	1.015	2.546	986	1.560
Centro-Oeste	1.693	711	982	757	225

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

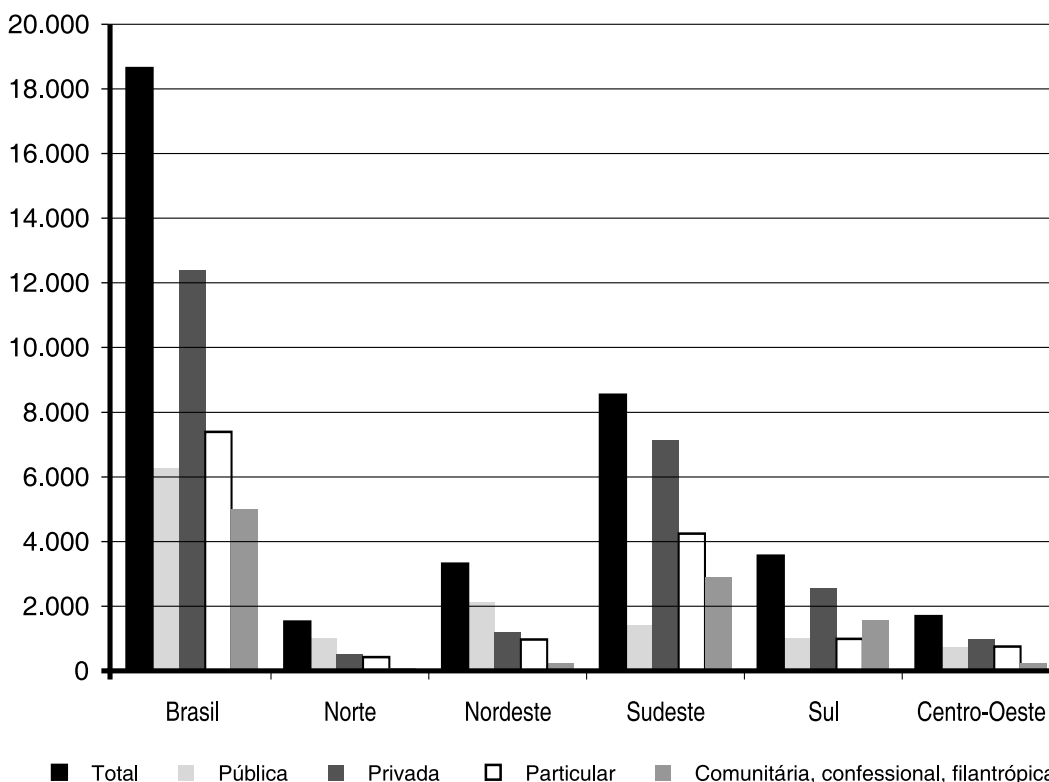


Gráfico 8 – Cursos de graduação presenciais por categoria administrativa, segundo a região geográfica – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Esses dados indicam que as universidades possuem a maior porcentagem dos cursos do País (56%), sendo que as públicas superam as privadas com 52% deles. (Tabela 22)

Os centros universitários têm 11% dos cursos do país; as faculdades integradas, 5% e as faculdades, escolas e institutos, 23% dos cursos. Nos três tipos de instituição, esses cursos são preponderantemente ministrados pelas IES privadas (98%, 95% e 92%, respectivamente).

Já os centros de educação tecnológica têm 4% dos cursos do País distribuídos com 4 pontos percentuais a mais nos privados (52%) que aqueles existentes nos públicos (48%).

Em síntese, são as universidades públicas as que possuem mais cursos, seguidas das universidades privadas e, depois das faculdades, escolas e institutos. Assim, os pólos do sistema (as maiores e as menores instituições) são as que possuem mais quantidades de cursos.

No interior do setor privado, as IES confessionais, comunitárias e filantrópicas (sem fins lucrativos) possuem a maior quantidade dos cursos em universidades e grande parte dos cursos dos centros universitários.

Os cursos desenvolvem-se em diferentes áreas do saber humano. Levando em conta as áreas de conhecimento (grandes áreas que agrupam os diferentes cursos), a distribuição dos cursos é mostrada na Tabela 23.

As áreas de Educação e Ciências Sociais, Negócios e Direito (que incluem os cursos de Direito e de Administração) possuem mais da metade dos cursos do País (52% e 55%). Nota-se que a maior porcentagem dos cursos de Educação são oferecidos pelas IES públicas (52%) e a maior porcentagem dos cursos de Ciências Sociais, Negócios e Direito pelas privadas (84%).

Pode-se constatar que, além da área de educação, o setor público possui a maior quantidade de cursos de Agricultura e Veterinária e o setor privado a maior porcentagem de cursos de todas as grandes áreas restantes, predominando especialmente nas áreas de Saúde e Bem-Estar Social (78%) e de serviços (88%).

Um olhar para as matrículas do setor privado mostra que elas são realizadas preponderantemente nos cursos de Administração (528.503) e de Direito (472.191). As matrículas nos cursos de administração privados são 13% das matrículas totais da educação superior do País. Já as de Direito consistem em 11% das matrículas do País, sendo ambos os cursos com maiores as matrículas. Ressalta-se que 91% das matrículas nos cursos de Administração estão no setor privado, assim como 88,5% das matrículas nos cursos de Direito estão no setor privado.

Além disso, 43% das matrículas nos cursos de Direito estão nas instituições privadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas

Tabela 22 – Cursos segundo a organização acadêmica e a categoria administrativa – Brasil – 2004

Tipo de Instituição	Total	Públicas	%	Privadas	%	Particulares	%	C/C/Fil.	%
Universidades	10.475	5.460	52,12	5.015	47,88	1.865	37,19	3.150	62,81
Centros Universitários	2.134	33	1,55	2.101	98,45	1.173	55,83	928	44,17
Faculdades Integradas	864	40	4,63	824	95,37	665	80,70	159	19,30
Faculdades, Escolas e Institutos	4.413	364	8,25	4.049	91,75	3.298	81,45	751	18,55
Centros de Educação Tecnológica	758	365	48,15	393	51,85	390	99,24	3	0,76
Total Cursos	18.644								

Fonte: Mec/Inep/ Deaes.

Tabela 23 – Cursos de graduação presenciais por grandes áreas e categoria administrativa – Brasil – 2004

Grandes áreas	Total	Pública		Privada			
		Total	%	Particular	%	Comunitária, confessional ou filantrópica	%
Brasil	18.644	6.262	33,59	7.391	39,64	4.991	26,77
Educação	5.977	3.086	51,63	1.589	26,59	1.302	21,78
Humanidades e artes	882	311	35,26	292	33,11	279	31,63
Ciências sociais, negócios e direito	5.115	836	16,34	2.819	55,11	1.460	28,54
Ciências, matemática e computação	2.156	672	31,17	883	40,96	601	27,88
Engenharia, produção e construção	1.368	582	42,54	398	29,09	388	28,36
Agricultura e veterinária	413	241	58,35	100	24,21	72	17,43
Saúde e bem estar social	2.057	454	22,07	888	43,17	715	34,76
Serviços	676	80	11,83	422	62,43	174	25,74

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

(sem fins lucrativos). Fisioterapia também possui mais matrículas nas privadas sem fins lucrativos. Já Administração e Ciências Contábeis têm maiores quantidades nas particulares (lucrativas). Outros cursos com matrícula importante no setor privado podem ser verificados na Tabela 24.

Quanto às IES públicas, os cursos com maiores matrículas nesse setor são: Pedagogia (97.888), Direito (61.126), Formação de Professor de Letras (55.785), Administração (55.169), Ciências Contábeis (37.817), Economia (29.279), Formação de Professor de Matemática (26.627), Normal superior (24.227),

Tabela 24 – Cursos com maiores matrículas no setor privado – Brasil – 2004

Curso	Total	Particular	Comunitária confessional, ou filantrópica
Matrículas de todos os cursos	4.163.733	1.596.894	1.388.511
Administração	583.672	347.306	181.197
Direito	533.317	241.712	230.479
Pedagogia	278.023	99.216	80.922
Comunicação social	164.296	74.298	70.968
Ciências contábeis	161.661	79.178	44.666
Formação de professor de letras	140.032	42.175	42.072
Enfermagem	107.429	52.331	39.344
Fisioterapia	95.749	40.673	47.305
Turismo	69.777	40.731	23.033

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Medicina (33.864) e Formação de Professor de Educação Física (23.461). Note-se que o curso de Pedagogia tem muitas matrículas no setor privado (180.138), quase o dobro que no setor público (97.888). Esse curso é um dos ministrados na grande área da educação (composta por cursos de Ciências da Educação, Formação de Professor de Educação Básica, Formação de Professor de Educação Infantil, Formação de Professor de Disciplinas Específicas) que somam 858.943 matrículas.

Os dados mostram que, enquanto as 858.943 matrículas da grande área de educação predominam no setor privado (55%), esse setor possui só 48% dos cursos. O setor público, que possui mais cursos (52%), tem um número menor de matrículas (45%).

De modo que, o paradoxo pode ser explicado por uma diferença na quantidade de alunos por

professor, uma vez que os dados reforçam a hipótese de menos alunos por professor no setor público que no privado. O indicador “nº de alunos por professor” é uma medida que internacionalmente está relacionada com a qualidade da educação em todos os níveis de ensino. Estudos complementares sobre formação de professores e outros, entre os quais aqueles que levem em conta os resultados da aplicação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)⁸ permitiriam confirmar ou não essa hipótese.

2.3 Os estudantes na educação superior brasileira

2.3.1 Vagas

O ingresso na educação superior tem por requisito a aprovação em processos seletivos, tais como o vestibular e outras formas de ingresso.⁹

Tabela 25 – Cursos e matrículas da grande área da educação, por categoria administrativa – Brasil – 2004

Grande área Educação	Total	Setor público	Setor privado
Nº de cursos	5.977	3.086	2.891
% de cursos	100	51,63	48,36
Nº de matrículas	858.943	384.935	474.008
% de matrículas	100	44,81	55,18

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 26 – Evolução do número de vagas no vestibular, na graduação presencial, por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004

Ano	Total	Δ%	Pública	Δ%	Privada	Δ%
1980	404.814	-	126.940	-	277.874	-
1985	430.482	6,3	141.274	11,3	289.208	4,1
1990	502.784	16,8	155.009	9,7	347.775	20,3
1995	610.355	21,4	178.145	14,9	432.210	24,3
2000	1.100.224	80,25	237.982	33,58	862.242	99,49
2004	2.080.358	89,08	283.822	19,26	1.796.536	108,35

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

⁸ O Sinaes, aprovado por lei nº 10.861/04 consta de três pilares: Avaliação institucional, Avaliação de Cursos de Graduação e Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (Enade).

⁹ Outros processos seletivos realizados para ingresso na educação superior são: avaliação seriada no Ensino Médio, Exame Nacional do Ensino Médio (Enem e outros tipos mais específicos). Outras formas possíveis de ingresso são: mudança de curso dentro da IES, transferência ex-officio, transferência vinda de outra IES excluída a ex-officio, acordos internacionais, admissão de diplomados em curso superior, reabertura de matrícula e outros tipos de ingresso (Inep, 2004).

Considerando o período 1980/2004, pode-se observar um notável acréscimo no número de vagas disponíveis nos processos seletivos de ingresso à educação superior.

No período citado, as vagas cresceram quase cinco vezes, mas foi desde 1995 que despencaram, quase duplicando em cinco anos (entre 1995 e 2000) e quase duplicando novamente entre 2000 e 2004. As vagas do setor privado cresceram mais de seis vezes no período 1980/2004 e duplicaram entre 2000 e 2004. Como consequência dessa expansão, a relação candidato/vaga mudou, diminuindo para a metade entre 1980 e 2004 (Tabela 27).

A Tabela 27 evidencia também que a importante diminuição na relação candidato/vaga ocorreu pelo setor privado, mantendo-se no setor público uma alta relação e chegando, no setor privado, quase a uma relação 1/1.

Esse acréscimo no número de vagas existentes no setor privado não implica a ocupação

efetiva de todas elas. A Tabela 28 indica a relação de vagas oferecidas, as efetivamente ocupadas e as não ocupadas:

Assim, das vagas totais oferecidas, 44% estão sem ocupação. No setor público são 7% das vagas que estão sem ocupação e no setor privado 49,5%, ou seja, quase a metade das vagas desse setor. Dentro do setor privado, as particulares têm 54% das suas vagas desocupadas e as comunitárias, confessionais e filantrópicas têm 40% delas.

Assim, se considerarmos apenas as vagas não ocupadas, observamos que 21.250 das 1.017.311 (2%) estão no setor público e 996.061 no setor privado (98%).

Como anteriormente foi exposto, a relação candidato/vaga, no setor privado é 1,3 em 2004. Sendo que quase a metade das vagas do setor não está ocupada, faz-se visível, portanto, que o maior impedimento para se estudar na educação superior é o econômico. Entretanto, o fato pode ser explicado também

Tabela 27 – Evolução da relação candidatos/vaga no vestibular, por categoria administrativa – Brasil – 1980/2004

Ano	Pública	Privada	Total
1980	-	-	4,5
1985	-	-	3,5
1990	-	-	3,8
1995	7,9	2,9	4,3
2000	9,0	2,0	3,5
2004	8,0	1,3	2,3

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 28 – Vagas oferecidas, ocupadas e não ocupadas em vestibular e outros processos seletivos na graduação presencial, por categoria administrativa – Brasil – 2004

Vagas	Total	%	Pública	%	Privada	%	Particular	%	Comunitária, Confessional ou Filantrópica	%
Oferecidas	2 320 421	100	308 492	100	2 011 929	100	1 316 788	100	695 141	100
Ocupadas	1.303.110	56,15	287.242	93,11	1.015.868	50,49	600.084	45,57	415.784	59,81
Não ocupadas	1.017.311	43,84	21.250	6,88	996.061	49,5	716.704	54,43	279.357	40,19

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

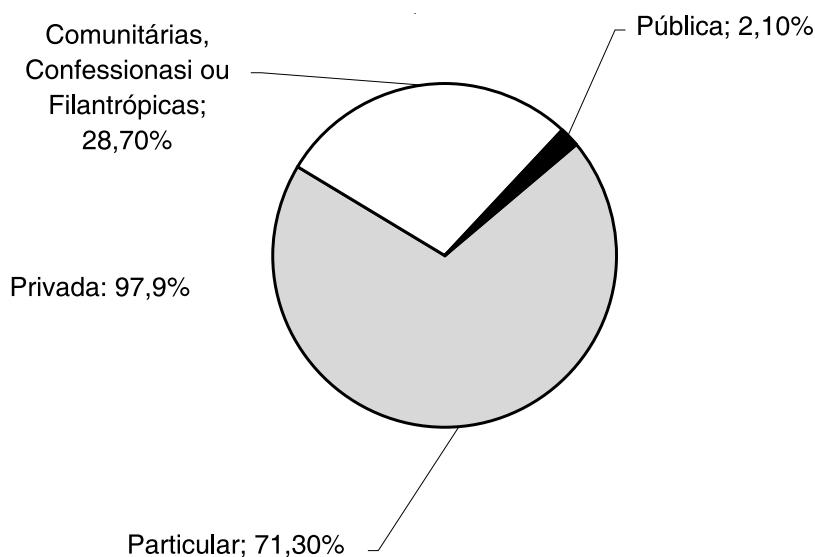


Gráfico 9 – Vagas não ocupadas segundo a categoria administrativa Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

por excesso de oferta, abandono por não poder pagar as mensalidades ou pela reserva de mercado para futura expansão de algumas IES.

2.3.2 Matrículas

As matrículas na educação superior, nos cursos de graduação presenciais, têm triplicado no período 1980-2004, de forma que, entre 1995 e 2004, duplicaram-se devido às políticas descritas anteriormente.

Em dez anos, entre 1994 e 2004 as matrículas cresceram 151%, verificando-se im-

portantes desigualdades regionais: Norte: 290%; Nordeste 157%; Sudeste: 124%, Sul: 160% e Centro-Oeste: 245% (MEC/Inep, 2006).

Entre 2003 e 2004 as matrículas cresceram 8%, tendo sido registrado o crescimento maior nas Regiões Norte, (17%) e Nordeste (13,2%) (Inep, 2006).

As matrículas do setor privado eram 64% do Sistema em 1980, 67%, em 2000, e chegavam a 72%, em 2004. Já em 2004, observa-se que existiam 4.163.733 estudantes matriculados nos cursos de graduação presenciais (Tabela 29 e 30).

Tabela 29 – Evolução das matrículas na graduação presencial Brasil – 1980/2004

Ano	Total	Público	Privado
1980	1.377.286	492.232	885.054
1985	1.367.609	556.680	810.929
1990	1.540.080	578.625	961.455
1995	1.759.703	700.540	1.059.163
2000	2.694.245	887.026	1.807.219
2004	4.163.733	1.178.328	2.985.405

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

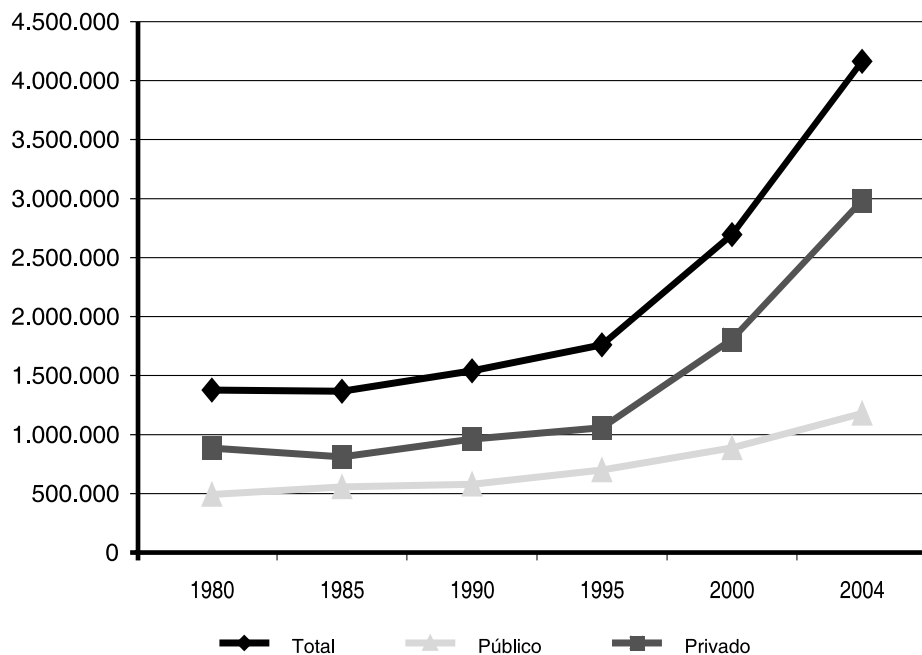


Gráfico 10 – Evolução das matrículas na graduação presencial – Brasil – 1980/2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 30 – Matrículas por categoria administrativa – Brasil – 2004

Matrículas	Total	Pública	Privada	Particular	Comunitárias, confessionais ou filantrópicas
Nº	4.163.733	1.178.300	2.985.400	1.596.890	1.388.511
%	100	28,30	71,70	38,35	33,35

Fonte: MEC/Inep/Deaes 2004.

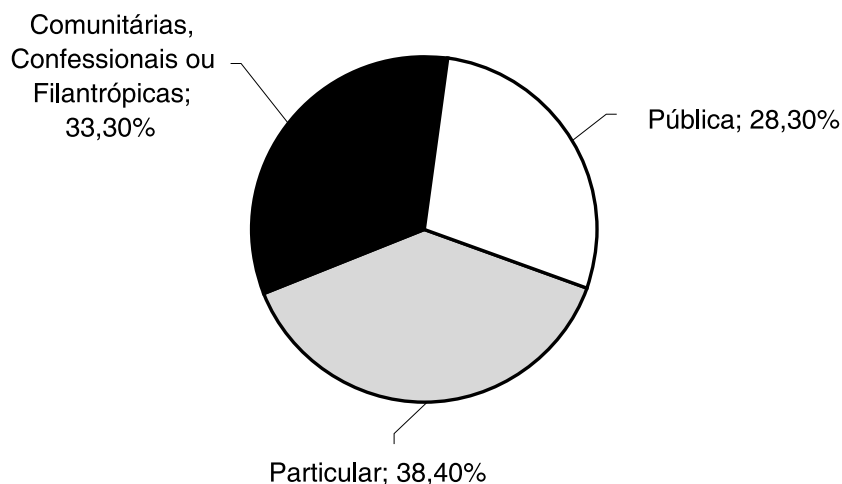


Gráfico 11 – Matrículas por categoria administrativa – Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Diferentemente do número de IES, das quais o setor privado possui 89%, no caso das matrículas, esse setor possui 72% do total. A distribuição das matrículas privadas mostra uma pequena diferença entre as particulares (38%) e as confessionais, comunitárias e filantrópicas (33%).

No interior de cada região, pode-se observar que as matrículas em instituições privadas predominam no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, ao passo que no Norte e Nordeste a maioria das

matrículas está localizada nas instituições públicas, segundo mostra o mapa.

O PIB *per capita*¹⁰ regional pode ajudar a explicar a maior ou menor porcentagem de matrículas nos setores público e privado. Assim, complementando as informações mostradas no mapa, o PIB é menor nas Regiões Norte e Nordeste, que são também as Regiões que possuem menor porcentagem de matrículas em instituições privadas. Os dados a seguir mostram as importantes diferenças regionais.

Tabela 31 – Matrículas por categoria administrativa segundo a região geográfica – Brasil – 2004

Categoria Administrativa	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	4.163.733	250.676	680.029	2.055.200	793.298	384.530
Pública	1.178.328	133.914	345.508	363.924	216.758	118.224
Privada	2.985.405	116.762	334.521	1.691.276	576.540	266.306

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

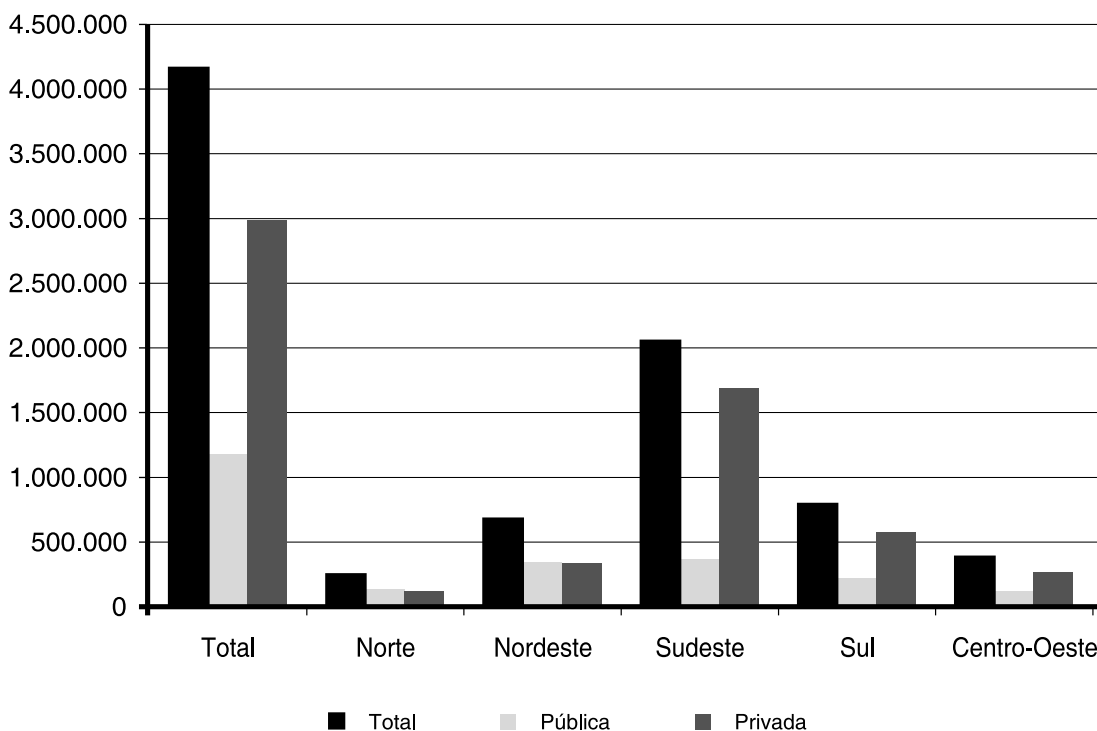


Gráfico 12 – Matrículas em IES públicas e IES privadas segundo a região geográfica – Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

¹⁰ O Produto Interno Bruto (PIB) de um país é o valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano dentro de suas fronteiras. O PIB *per capita* é a divisão desse valor pela população do país (www.undp.org.br).

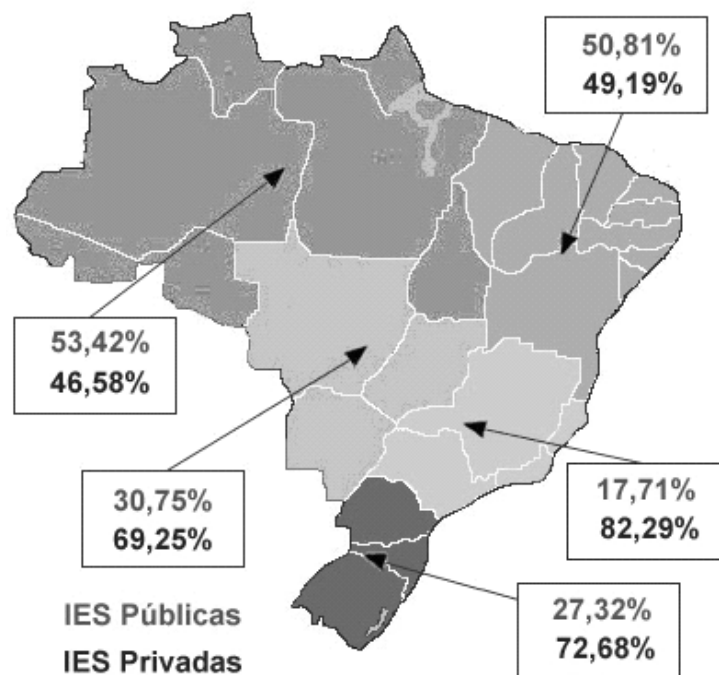


Gráfico 13 – Matrículas em IES públicas e privadas, segundo a região geográfica Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 32 – Produto Interno Bruto *per capita*, segundo a região geográfica – Brasil – 2003

Região	PIB <i>per capita</i> (em R\$)
Brasil	8.694
Norte	5.512
Nordeste	4.306
Sudeste	11.257
Sul	10.998
Centro-Oeste	9.278

Fonte: IBGE, 2005.

Assim, é evidente que as instituições particulares ou comunitárias/confessionais/filantrópicas apresentam situações diferentes segundo a região. No Nordeste, Norte e Centro-Oeste as particulares com fins lucrativos são predominantes. No Sudeste há quase paridade e, no Sul, há maioria de matrículas nas comunitárias/confessionais/filantrópicas (privadas sem fins lucrativos).

Alguns Estados têm quase a maioria das matrículas do setor privado em instituições privadas sem fins lucrativos (do tipo comunitária,

confessional ou filantrópica) como Rio Grande do Sul (92%); Rio de Janeiro (88%) e Santa Catarina (68%). Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuem grande quantidade de instituições comunitárias por razões históricas: basicamente a educação, no interior desses Estados de colonização européia, surgiu por iniciativas da população e não do governo (Inep, 2005b).

2.3.3 Matrículas por turnos

O turno noturno é o que recebe mais matrículas na educação superior (2.454.348).

As matrículas em turno diurno são 56% em IES privadas e 44% nas públicas. Já os turnos noturnos possuem 83% das matrículas nas IES privadas e 17% nas públicas (Gráfico 15).

Logo os dados mostram que o setor privado possui 68% de todas suas matrículas (2.029.054) no turno noturno.

As Regiões Norte e Nordeste são as únicas que têm mais matrículas diurnas do que noturnas (56% e 53%); fato explicado pela preponderância do setor público – que tem menos matrículas noturnas. As demais regiões possuem

Tabela 33 – Matrículas por tipo de instituição privada, segundo a região geográfica – Brasil – 2004

Região	Tipo de instituição	Matrículas	%
Brasil		2.985.405	100
	Particular	1.596.894	53,49
	Comun/Confes/Filant	1.388.511	46,51
Norte		116.762	100
	Particular	101.457	86,89
	Comun/Confes/Filant	15.305	13,11
Nordeste		334.521	100
	Particular	247.736	74,06
	Comun/Confes/Filant	86.785	25,94
Sudeste		1.691.276	100
	Particular	850.705	50,30
	Comun/Confes/Filant	840.571	49,70
Sul		576.540	100
	Particular	208.786	36,21
	Comun/Confes/Filant	367.754	63,79
Centro-Oeste		266.306	100
	Particular	188.210	70,67
	Comun/Confes/Filant	78.096	29,33

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

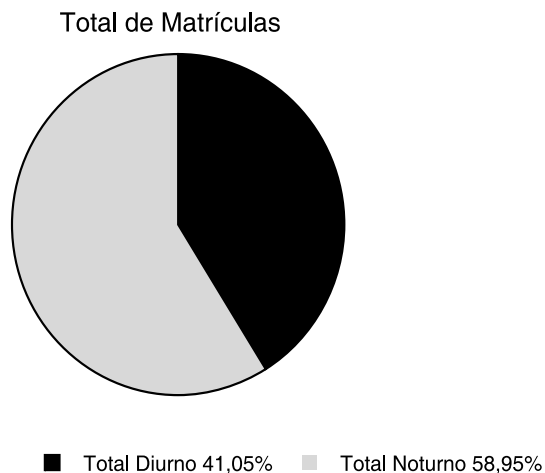


Gráfico 14 – Matrículas por turno – Brasil – 2004

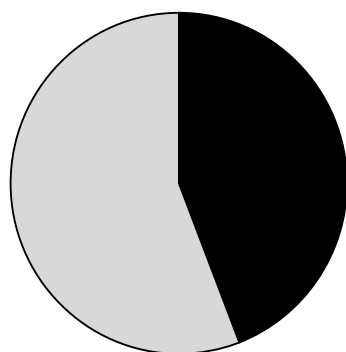
Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 34 – Matrículas em IES públicas e privadas, segundo o turno – Brasil – 2004

Turno	Matrículas	Pública	Privada
Total	4.163.733	1.178.328	2.985.405
Diurno	1.709.385	753.034	956.351
Noturno	2.454.348	425.294	2.029.054

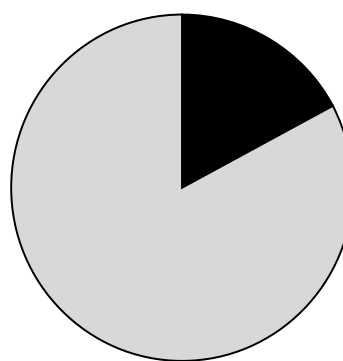
Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Matrículas em turno diurno



Total Diurno 1.709.385
 ■ Públicas Diurno 44,05%
 ■ Privadas Diurno: 55,95%

Matrículas em turno noturno



Total Noturno: 2.454.348
 ■ Públicas Noturno: 17,33%
 ■ Privadas Noturno: 82,67%

Gráfico 15 – Matrículas em IES por turno e categoria administrativa – Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

63,46% (Sudeste); 63,11% (Sul) e 56,30% (Centro-Oeste) de matrículas noturnas, preponderantemente no setor privado.

Por outro lado, esses dados indicam a possibilidade potencial de expansão do setor público pela via dos cursos em turnos noturnos.

2.3.4 Matrículas por sexo

Conforme já assinalado na comparação entre países, o Brasil apresenta maiores matrículas femininas (56%) do que masculinas (44%), seguindo, assim, a tendência dos países do Ocidente.

Se comparadas com a população do País, entre as matrículas e a população, há uma diferença de cinco pontos percentuais, já que na população brasileira, os homens são 48,7% e as mulheres 51,29%. Para os fins deste estudo, não se apresentam diferenças importantes segundo o caráter público ou privado das instituições de educação superior nem entre as privadas. As diferenças regionais são pouco significativas.

As mulheres também apresentam maiores percentuais (63%) entre os concluintes, em 2004. A presença das mulheres estudantes na educação superior é muito mais expressiva do que em outras instituições do País. Por exemplo, a

Tabela 35 – Matrículas de acordo com o sexo nas IES, segundo a categoria administrativa – Brasil – 2004

Matrículas	Total	Masculino		Feminino	
		Nº	%	Nº	%
Brasil	4.163.733	1.817.217	44	2.346.516	56
Pública	1.178.328	534.084	45	644.244	55
Privada	2.985.405	1.283.133	43	1.702.272	57
Particular	1.596.894	692.192	43	904.702	57
Comunitária, confessional e filantrópica	1.388.511	590.941	43	797.570	57

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

presença de mulheres no Poder Judiciário era, em 2001, de 8,2%; no Poder Legislativo, 11,5% e no Poder Executivo 5,71%. Já a presença feminina em cargos de diretoria em empresas era de 23,6% (Unifem, 2005).¹¹ Nas IES, as mulheres são 44% dos docentes.

2.3.5 Concluintes

O aumento de vagas e matrículas no período analisado tem seu correlato nos concluintes

dos cursos. Entre 1980 e 2004, os concluintes quase triplicaram.

Um panorama dos concluintes segundo o curso traz informações interessantes (Tabela 37).

Os três cursos com maior número de concluintes apresentam algumas particularidades.

Os cursos de Administração possuem 89% dos concluintes de todo o País e eles pro-

Tabela 36 – Evolução do número de concluintes, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 1980/2004

Ano	Total	Δ%	Pública	Δ%	Privada	Δ%
1980	226.423	-	80.948	-	145.475	-
1985	234.173	3,40	82.444	1,8	151.729	4,29
1990	230.206	1,60	77.854	5,56	152.352	0,41
1995	254.401	10,51	94.951	21,9	159.450	4,65
2000	352.305	38,48	116.641	22,8	235.664	47,79
2004	626.617	77,86	202.262	73,4	424.355	80,06

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

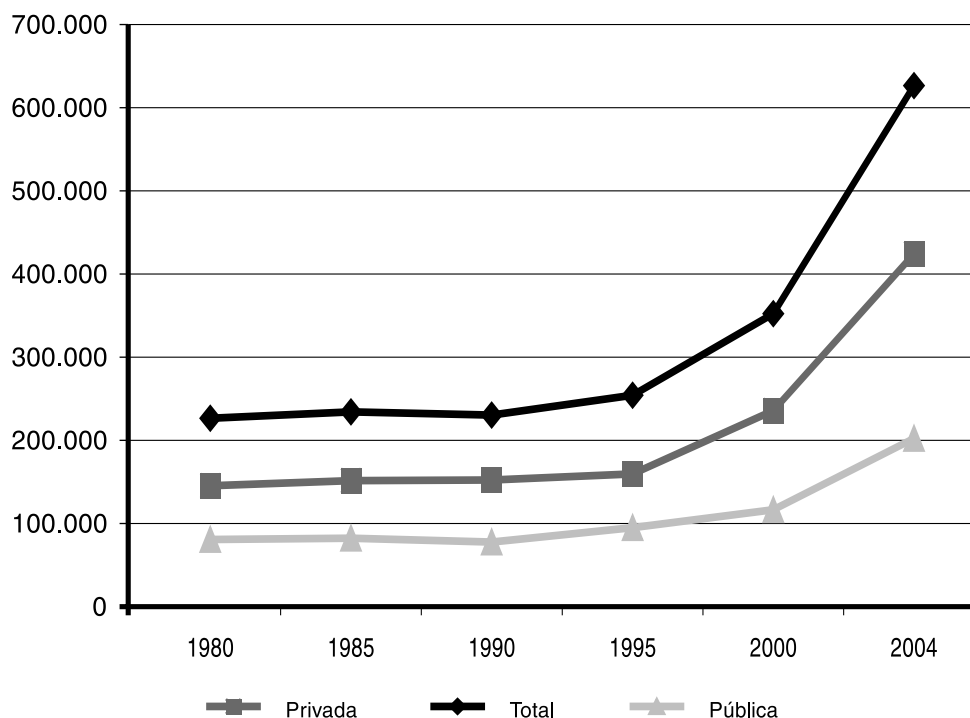


Gráfico 16 – Evolução do número de concluintes, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 1980/2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

¹¹ Poder Judiciário: Supremo Tribunal Federal, Supremo Tribunal de Justiça, Tribunal Supremo do Trabalho; Poder Legislativo: vereadoras, deputadas estaduais, distritais, federais; senadoras, e Poder Executivo: presidente, governadoras, prefeitas.

Tabela 37 – Cursos com maior número de concluintes total e em IES privadas – Brasil – 2004

Curso	Total de concluintes 2004	Concluintes IES privadas
Administração ¹	77.461	68.738
Direito	67.238	57.414
Pedagogia	66.793	43.377
Professor de Letras	26.644	16.085
Ciências Contábeis	24.116	18.632
Comunicação Social	22.876	19.869
Psicologia	15.298	12.600
Fisioterapia	13.631	12.301
Enfermagem	11.924	9.174
Turismo	11.424	10.673

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

vêm de instituições privadas (68.738). Segundo a organização acadêmica das IES, 21.517 concluintes são oriundos de universidades privadas (28%), 14.578 de centros universitários privados (19%), 5.546 de faculdades integradas privadas (7%) e 27.097 de faculdades, escolas e institutos privados (35%). Pode-se observar que as faculdades, escolas e institutos privados são as que mais formam nos cursos de Administração.

Da mesma forma, os cursos de Direito possuem 85% dos seus concluintes oriundos de instituições privadas. Nos cursos de Direito, segundo a organização acadêmica da Instituição, 53% dos concluintes (35.341) provêm de universidades privadas. De centros universitários privados são 18% (12.069), de faculdades integradas são 6% (3.802) e de faculdades, escolas e institutos privados são 9% dos concluintes (6.202).

No interior do curso de Pedagogia, pode-se verificar que 65% dos concluintes provêm das IES privadas. Segundo o tipo de instituição, a maioria desses concluintes estudou em universidades privadas (17.745), portanto 27% dos concluintes do País dos cursos de Pedagogia provêm das universidades privadas. Há 12.388 concluintes que estudaram em universidades

comunitárias, confessionais ou filantrópicas, portanto 19% dos concluintes de Pedagogia do País provêm de universidades privadas sem fins lucrativos.

Já 13.065 concluintes estudaram em faculdades, escolas ou institutos privados (20%). Os centros universitários privados eram responsáveis por 7.423 concluintes do curso (11% dos concluintes do país) e as faculdades integradas privadas tiveram 5.143 concluintes em cursos de Pedagogia (8% dos concluintes do País).

Tabela 38 – Cursos com o maior número de concluintes em IES públicas – Brasil – 2004

Curso	Concluintes
Pedagogia	23.416
Professor de Letras	10.559
Direito	9.824
Administração	8.723
Medicina	5.081

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

A Tabela 38 mostra os cinco cursos com maior número de concluintes nas IES públicas. Comparativamente, com os dados anteriores dos concluintes dos cursos de IES privadas, os quatro primeiros são os mesmos com maiores

¹² Não inclui especializações.

quantidades de concluintes em ambos os setores (embora em quantidades e ordem diferente). Já o quinto curso em maior número de concluintes é Medicina, com mais concluintes nas IES públicas (5.081) do que nas privadas (4.258), questão explicada provavelmente pelos altos custos da formação em Medicina.

2.4 Os professores na educação superior brasileira¹³

Os docentes atuantes na educação superior brasileira são 230.784, sendo que 48% deles estão na Região Sudeste, 21,1% no Sul, 16,8 no Nordeste, 8,8% no Centro-Oeste e 5,2% na Região Norte.

Pelo fato de muitos docentes atuarem em mais de uma instituição, acaba sendo relevante utilizar o conceito “funções docentes” para definir a participação dos docentes em cada uma das instituições nas quais desempenham tarefas.

Levando em conta essa definição, portanto, existem na educação superior 267.986 funções docentes (Tabela 39 e Gráfico 17).

Analisaremos agora dois dados que são considerados indicadores relevantes sobre a qualidade do corpo docente de uma instituição de educação superior: o regime de trabalho docente e sua titulação.

Existem diversos regimes de trabalho nas instituições de educação superior. Algumas prevêem uma dedicação completa às atividades da instituição, tais como a dedicação exclusiva ou de tempo integral.

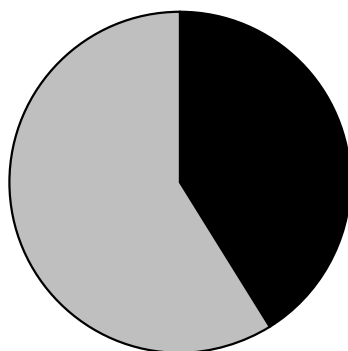
Outras implicam uma dedicação menor (horista, tempo parcial), o que explica a noção de função docente, permitindo o trabalho do professor em várias instituições.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96) estabelece que

Tabela 39 – Funções docentes na educação superior, por categoria administrativa – Brasil – 2005

Total	%	Pública	%	Privada	%
267.986	100	88.246	32,9	179.740	67,1

Fonte: MEC/Inep/Deaes.



Total 267.986 ■ Pública: 88.246 □ Privada: 179.740

Gráfico 17 – Funções docentes na educação superior por IES públicas e privadas – Brasil – 2005

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

¹³ Muitos dos dados utilizados nesta seção foram obtidos junto ao Cadastro Nacional de Docentes da Educação Superior 2005.1 (Inep, 2005).

um terço do corpo docente das IES que são universidades devem possuir o regime de trabalho em tempo integral, pois esses requisitos favoreceriam o desenvolvimento de atividades de pesquisa. Outros formatos institucionais, como os centros universitários, devem possuir 33% dos docentes com contrato de tempo integral, progressivamente, até o final de 2006.

A Tabela 40 mostra a situação do regime de trabalho dos docentes nas instituições públicas e privadas.

Tabela 40 – Funções docentes segundo a categoria administrativa – Brasil – 2004

Funções docentes	Pública	Privada
Total	100%	100%
Horistas	8%	62%
Tempo Parcial	18%	24%
Tempo Integral	74%	14%

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Como mostram os dados, o setor público está composto prioritariamente por funções docentes em tempo integral (74%), 18% de suas funções pertencem a professores em tempo parcial e apenas 8% a horistas.

Já nas IES privadas, acontece o contrário. Predominam as funções docentes horistas (62%) e têm mais docentes em tempo parcial (24%) do que integral (14%).

Considerando o total de funções docentes do País, em tempo integral, estão 73% delas nas IES públicas e 27% nas privadas. Quanto às funções docentes em tempo parcial, 28% pertencem às IES públicas e 72% às privadas. As funções docentes horistas estão 6% nas instituições públicas e 94% nas instituições privadas.

Examinaremos agora o outro indicador de qualidade: a titulação docente. Além da graduação, os professores da educação superior realizam estudos de qualificação, tais como cursos de especialização e, outros, de pós-graduação *stricto sensu*: mestrado e doutorado. Esses estudos implicam a produção de dissertações e teses, derivadas da pesquisa acadêmica, durante vários anos de estudos. Uma vez doutores, alguns realizam estudos de pós-doutoramento e livre-docência.

A Tabela 41 mostra a titulação dos docentes nas IES públicas e nas privadas levando em conta a formação dos professores.

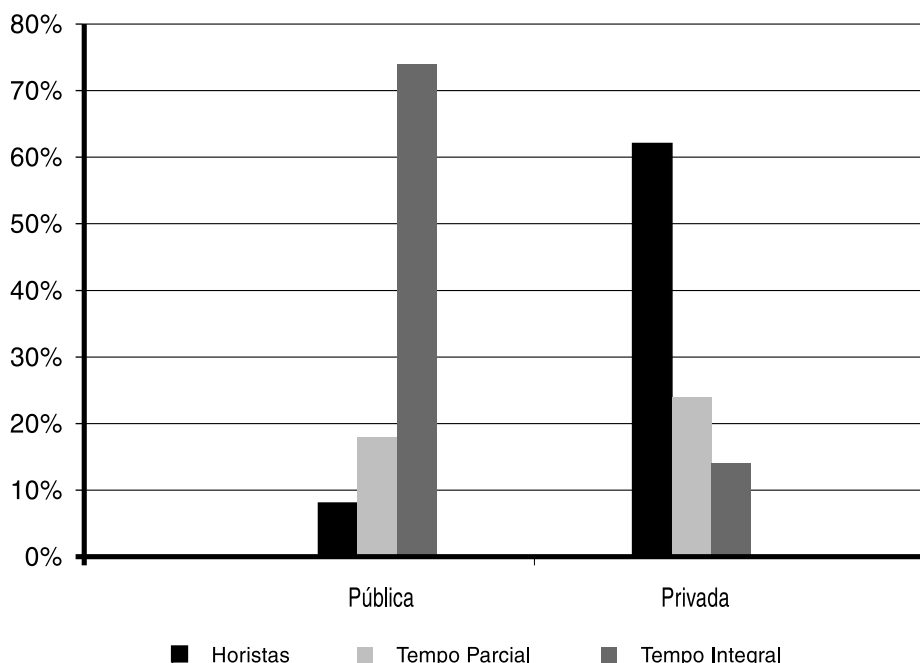


Gráfico 18 – Funções docentes em tempo integral, parcial e horistas segundo a categoria administrativa – Brasil – 2005

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 41 – Titulação das funções docentes, segundo a categoria administrativa Brasil – 2005

Título	Total	Público	Privado
Total	100	100	100
Doutor, livre-docente e pós-doutor	21,9	41,7	12,2
Mestre	37,2	30,0	40,7
Especialista	28,8	17,3	34,4
Graduado	11,2	10,5	11,5
Outro	0,9	0,5	1,1

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Como mostra o Gráfico 19, o setor público possui a maior porcentagem de doutores, e – juntos – de doutores e mestres. O setor privado tem menores porcentagens de doutores, maior porcentagem de mestres e importante porcentagem de especialistas. O setor privado também possui maior quantidade de graduados sem outros estudos. Menos de 1% das funções docentes tem outras titulações.

Então, o setor privado possui 72% das matrículas, 89% das instituições e 97% dos centros universitários, mas tem 12% de suas funções docentes com titulação de doutor. As

hipóteses explicativas são: a) a contratação de doutores implica maiores custos, então se cumpre a porcentagem da lei com a contratação de mestres com menor custo e; b) a existência de cursos de pós-graduação, maiormente nas IES públicas, implica maior utilização de doutores, contratados em regime de tempo integral.

Todavia, é relevante assinalar que a combinação dos dois indicadores mostraria a qualidade do corpo docente de uma instituição. Existem diferenças importantes entre o setor público e o setor privado: 92% das funções docentes exercidas por doutores (pós-doutores e livre-docente) são contratadas em tempo integral no setor público. No setor privado são 46% das funções docentes de doutores, pós-doutores e livres-docentes contratadas como horistas.

Já os mestres contratados em tempo integral, são 74% das funções docentes do setor público e 17,3% do setor privado.

Esses dados permitem levantar hipóteses sobre a qualidade das instituições, conjeturando sobre uma das principais razões da melhor qualidade das públicas, questões essas que poderiam ser constatadas depois da divulgação de resultados das avaliações em andamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

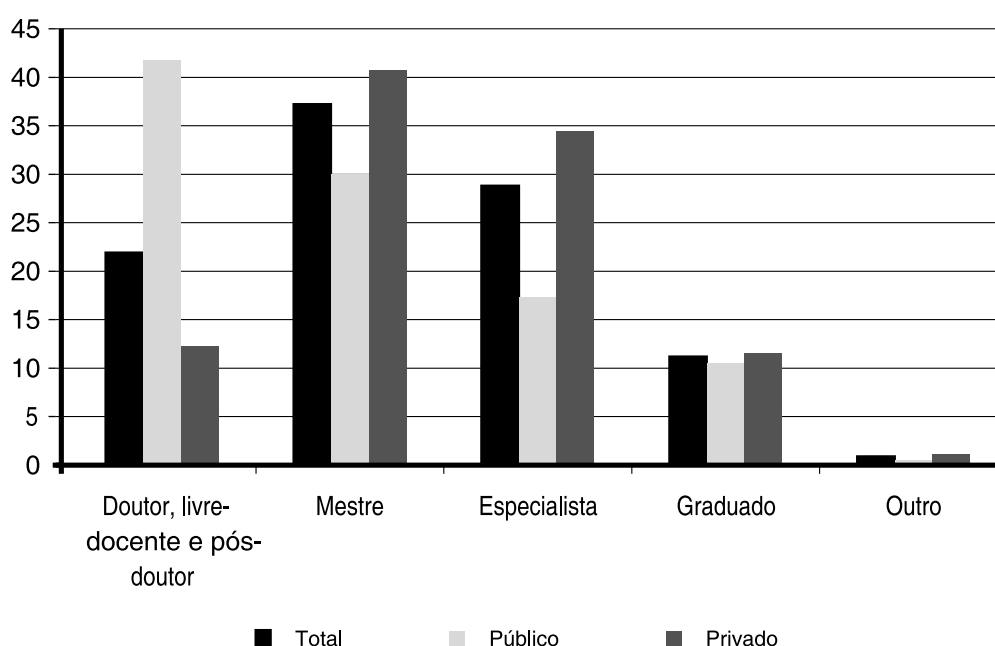


Gráfico 19 – Titulação das funções docentes por categoria administrativa – Brasil – 2005

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

2.5 Opiniões dos estudantes da educação superior brasileira

Esta seção visa mostrar algumas características dos estudantes da educação superior, destacando as dos que estudam no setor privado.

Para tal, são consideradas as opiniões dos estudantes, extraídas das respostas a algumas perguntas do questionário socioeconômico¹⁴ do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2004.¹⁵ Essas informações foram

confrontadas com outras semelhantes sobre o total da população brasileira, com o intuito de poder estabelecer relações significativas.

2.5.1 Estudantes e raça/cor

Os dados mostram diferenças entre a população total e aquela que se encontra na educação superior (Tabela 42).

O Gráfico 20 mostra a porcentagem da população que se autodeclara branca, negra, parda/

Tabela 42 – População de acordo com a cor/raça e participantes do Enade segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004

Cor/raça	Pnad 2004	Enade	
		Pública	Privada
Branca	51,40%	69,52	73,43
Negra	5,90%	3,08	4,51
Parda/mulata	42,10%	23,82	19,05
Outros	0,60%	3,58	3,02

Fonte: Inep/MEC 2004, Pnad 2004.

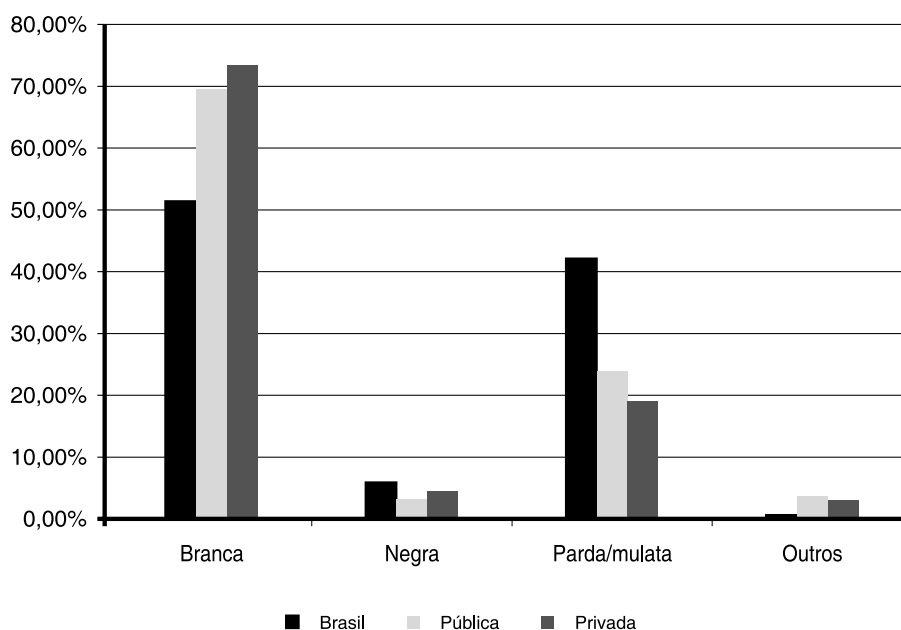


Gráfico 20 – População segundo a cor/raça e estudantes na educação superior, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004

Fonte: Inep/MEC 2004, Pnad 2004.

¹⁴ O questionário socioeconômico do Enade pode ser consultado em www.inep.gov.br/superior/enade/gabaritos_provas. Para esse estudo foram selecionadas as respostas às perguntas 4 (autodeclaração de raça/cor/etnia), 6 (renda mensal familiar), 13 (tipo de escola-pública/privada/ambas nas que cursou o ensino médio) desse questionário. Ver Anexo.

¹⁵ O Enade é aplicado a uma amostra de cursos e de estudantes a cada ano e faz parte do Sinaes.

mulata e outros, comparada com a autodeclaração dos estudantes participantes do Enade.

Pode-se constatar a diferença de brancos presentes na educação superior em proporção à sua presença na população brasileira. Se 51% da população brasileira declara que é branca, são 70% dos estudantes nas IES públicas e 73% nas IES privadas (Gráfico 21).

Já os negros são mais numerosos na população do que nas IES: 6% e 3% e 5%, respectivamente. Ressalta a porcentagem de negros nas IES públicas: metade da porcentagem do País (Gráfico 22).

Já os pardos/mulatos também apresentam importantes diferenças entre a população total (42%) e as IES públicas (24%) e as privadas (19%). Nas privadas sua porcentagem é menor

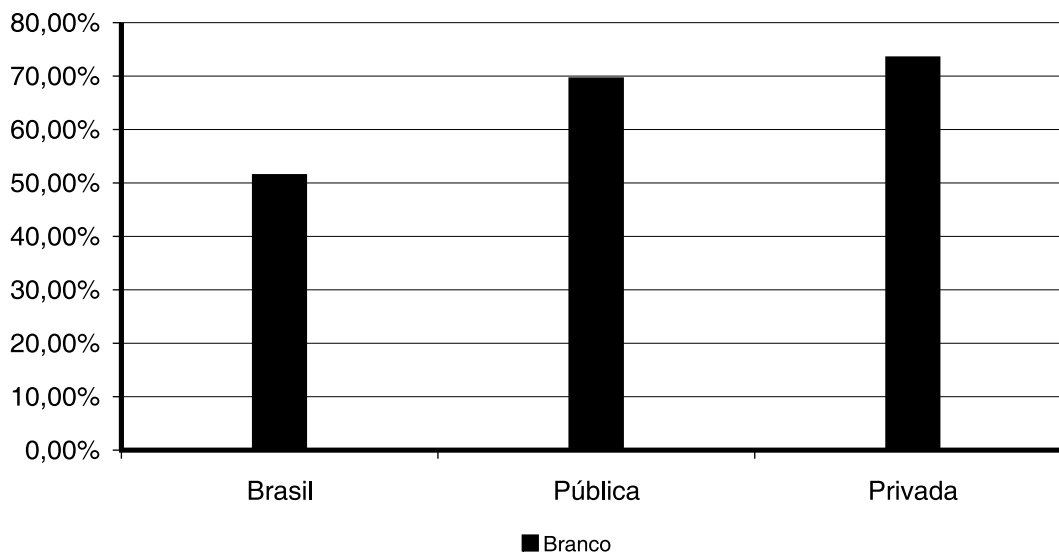


Gráfico 21 – População branca e estudantes brancos segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004

Fonte: Inep/MEC 2004, Pnad 2004.

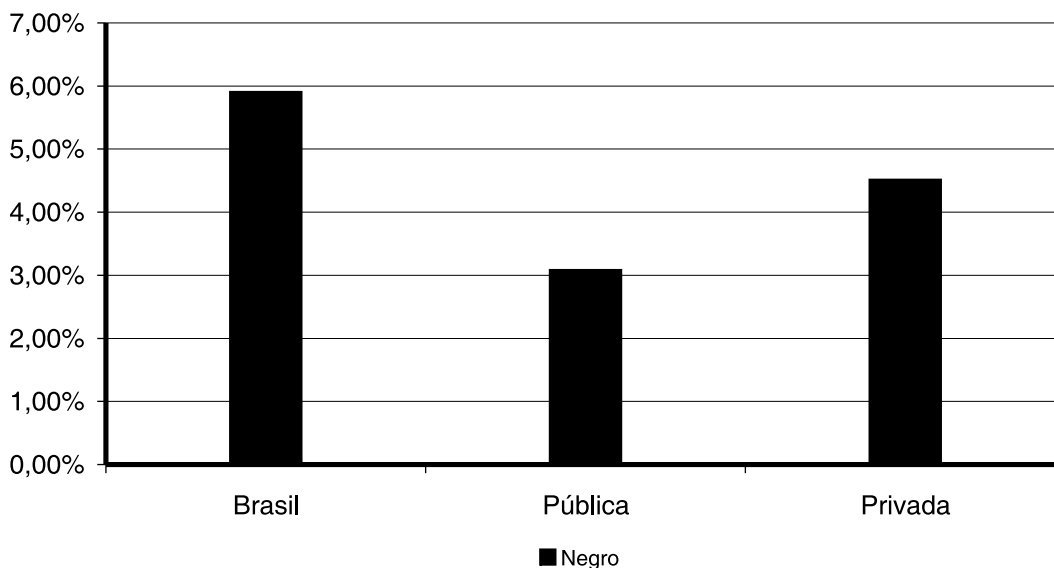


Gráfico 22 – População negra e estudantes negros na educação superior segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004

Fonte: Inep/MEC 2004, Pnad 2004.

à da metade do País. Sua presença nas IES públicas é um pouco maior do que nas privadas.

Considerando as regiões, observa-se que na Região Norte, onde predominam pardos e mulatos na população, esses são 26 pontos percentuais a menos no ensino superior do que na sociedade e, nas privadas, são 29 pontos a menos. Já os brancos, inversamente, quase duplicam sua presença numérica na educação superior em relação à sua participação na sociedade e, nas privadas, os brancos são o dobro que na sociedade (Tabela 43).

No Nordeste, verifica-se situação semelhante à do Norte. Assim, pardos/mulatos

predominam na população da região e estão sub-representados nas IES públicas: pouco mais da metade estudam nelas e menos ainda estudam nas instituições privadas. Já os brancos, nas IEs da região são 24% a mais do que na sociedade, sem diferenças entre públicas e privadas.

O Sudeste também apresenta diferenças. Os brancos são predominantes. Mas a diferença é de 13 pontos percentuais a mais nas IES do que na população, sendo um pouco mais nas instituições públicas. Pardos/mulatos são 13 pontos percentuais a menos. Há mais pardos/mulatos nas instituições públicas do que nas privadas.

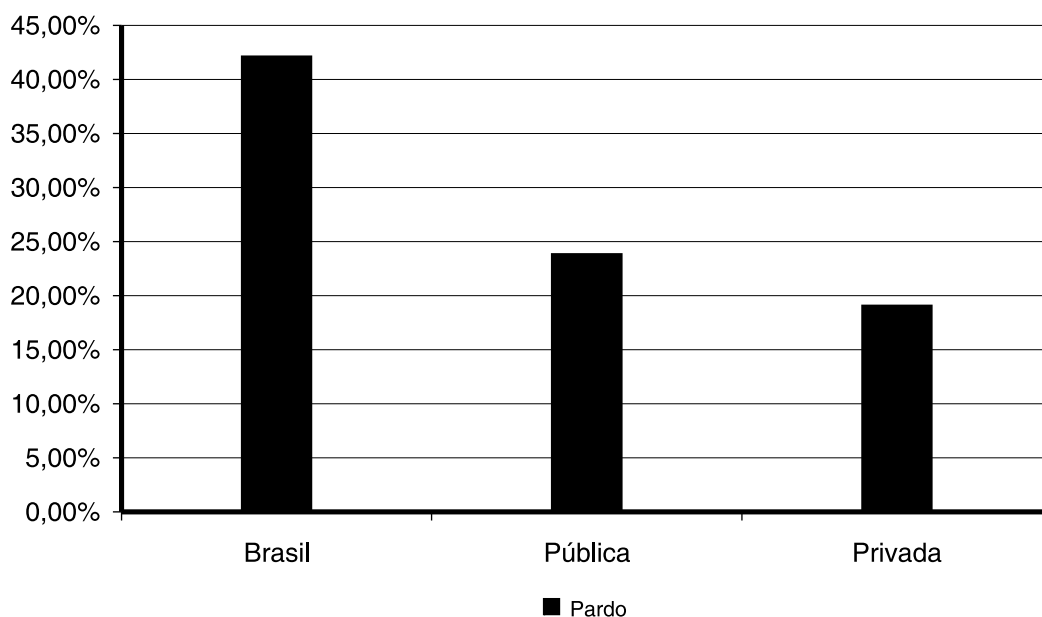


Gráfico 23 – População parda e estudantes pardos na educação superior segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004

Fonte: Inep/Mec 2004 – Pnad 2004.

Tabela 43 – População segundo cor/raça e participantes do Enade por IES públicas e privadas – Região Norte – 2004

Cor/raça	Pnad 2004	Enade		
		Total	Pública	Privada
Branca	24,00	45,90	42,23	48,44
Negra	4,20	4,40	4,22	4,52
Parda/mulata	71,40	45,16	49,33	42,27
Outros	0,40	4,54	4,22	4,76

Fonte: MEC/Inep 2004, IBGE/Pnad 2004.

O Centro-Oeste também apresenta diferenças. São 22 pontos percentuais a mais de brancos na educação superior do que na população da região, sendo que tem mais nas privadas do que nas públicas.

Já os pardos/mulatos – maioria da população – são 24 pontos percentuais a menos na educação superior do que na sociedade, e um pouco menos nas privadas do que nas públicas.

O Sul tem maioria de população branca que está representada com 5 pontos percentuais a mais. Pardos e mulatos têm a metade dos

estudantes do que a população na sociedade. Os negros, também, têm menos representação nas IES do que na sociedade, embora seja maior nas IES privadas do que nas públicas.

2.5.2 Estudantes e ensino médio

As matrículas no ensino médio brasileiro são, na sua maioria, públicas (88%) como evidenciam a Tabela 48 e o Gráfico 24.

Consideraremos agora os estudantes nas IES públicas e privadas segundo o tipo de escola na qual declararam ter cursado o ensino médio.

Tabela 44 – População segundo a cor/raça e participantes do Enade segundo a categoria administrativa das IES – Região Nordeste – 2004

Cor/raça	Pnad 2004	Enade		
		Total	Pública	Privada
Branca	29,70	53,53	53,46	53,61
Negra	6,30	5,32	4,31	6,38
Parda/mulata	63,60	38,83	40,24	37,34
Outros	0,40	2,32	1,99	2,68

Fonte: MEC/Inep 2004, IBGE/Pnad 2004.

Tabela 45 – População segundo a cor/raça e participantes do Enade, totais e por IES públicas e privadas – Região Sudeste – 2004

Cor/raça	Pnad 2004	Enade		
		Total	Pública	Privada
Branca	61,20	73,89	75,87	73,58
Negra	7,00	4,74	3,22	4,98
Parda/mulata	31,10	18,21	17,05	18,4
Outros	0,80	3,16	3,85	3,04

Fonte: MEC/Inep 2004, IBGE/Pnad 2004.

Tabela 46 – População segundo a cor/raça e participantes do Enade, totais e por IES públicas e privadas – Região Centro-Oeste – 2004

Cor/raça	Pnad 2004	Enade		
		Total	Pública	Privada
Branca	43,10	65,31	64,24	65,46
Negra	4,90	3,75	3,14	4,00
Parda/mulata	51,20	27,22	28,27	26,79
Outros	0,80	3,72	3,64	3,75

Fonte: MEC/Inep 2004, IBGE/Pnad 2004.

Tabela 47 – População segundo a cor/raça e participantes do Enade, totais e por IES públicas e privadas – Região Sul – 2004

Cor/raça	Pnad 2004	Enade		
		Total	Pública	Privada
Branca	82,80	88,38	87,73	88,65
Negra	3,40	1,86	1,14	2,15
Parda/mulata	13,30	6,62	6,36	6,72
Outros	0,50	3,14	4,77	2,48

Fonte: MEC/Inep 2004; IBGE/Pnad 2004.

Tabela 48 – Matrículas no ensino médio segundo o tipo de escola – Brasil – 2004

Matrículas no ensino médio	Nº	%
Total	9.169.357	100
Escolas públicas	8.057.966	87,88
Escolas privadas	1.111.391	12,12

Fonte: MEC/Inep, Censo da Educação Básica 2004.

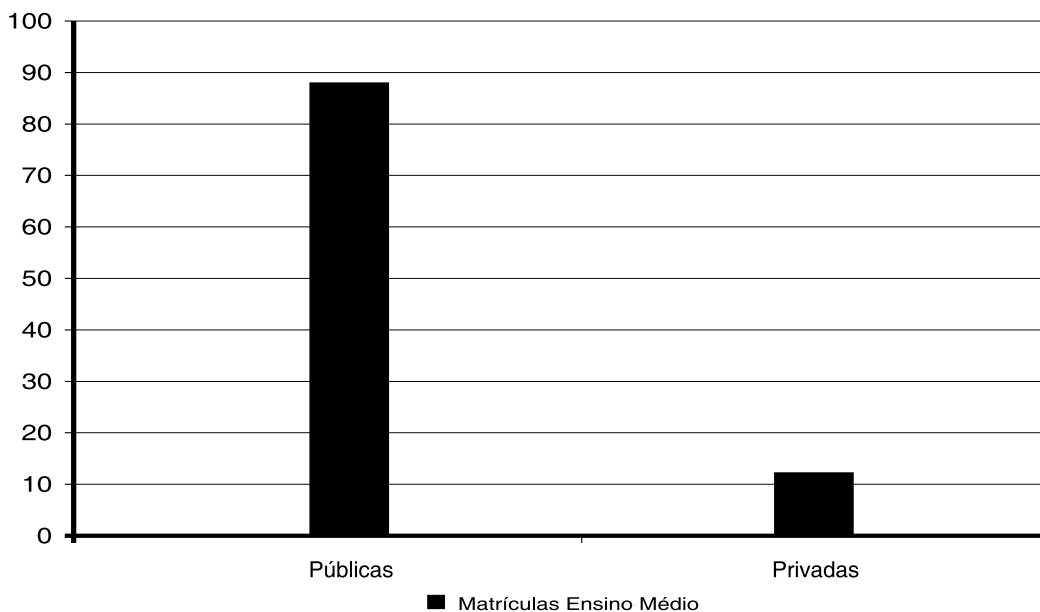


Gráfico 24 – Matrículas no ensino médio segundo a categoria administrativa da escola em que cursaram o ensino médio – Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep, Censo da Educação Básica 2004.

Tabela 49 – Estudantes das IES públicas e privadas, segundo a categoria administrativa da escola em que cursaram o ensino médio – Brasil – 2004

Tipo de IES que freqüentam	Todo pública	Todo privada	Pública e privada
IES Pública	32,61	52,28	15,11
IES Privada	42,12	38,03	19,85

Fonte: MEC/Inep, Deaes.

Por essa análise, pode-se observar que 42% dos estudantes das IES privadas, em 2004, haviam cursado o ensino médio em escolas públicas e 38% em escolas privadas (outros 20% dos estudantes cursaram o ensino médio em escolas públicas e privadas).

Quanto às IES públicas, 52% dos estudantes, em 2004, haviam cursado o ensino médio em escolas privadas. Já os que tinham estudado em escolas públicas eram 33% dos alunos (outros 15% haviam realizado o ensino médio em ambos tipos de escola).

Essa inversão, mais estudantes com ensino médio em públicas estudando em instituições privadas e mais estudantes com ensino médio em privadas estudando em instituições públicas (Gráfico 25).

Considerando esses mesmos dados, mas discriminados por ingressantes e por concluintes, apresentam-se grandes diferenças: as IES privadas tinham 45% dos seus alunos ingressantes que haviam cursado o ensino médio em escolas públicas, enquanto apenas 36% dos concluintes eram de igual procedência. Os que haviam cursado o

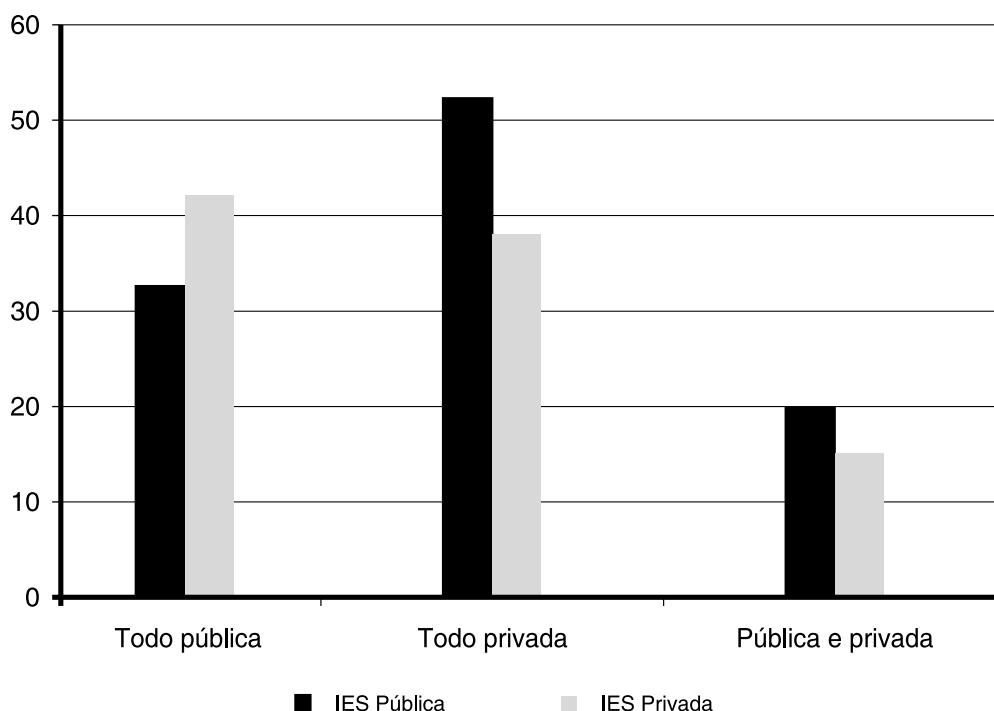


Gráfico 25 – Estudantes em IES públicas e privadas, segundo a categoria administrativa da escola onde cursou o ensino médio – Brasil – 2004

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 50 – Ingressantes em IES públicas e privadas, segundo o tipo de escola onde cursaram o ensino médio – Enade 2004

Tipo de escola onde cursou o ensino médio	IES pública	IES privada
A) Todo em escola pública.	33,66%	44,71%
B) Todo em escola privada (particular).	51,75%	35,40%
C) A maior parte do tempo em escola pública.	6,39%	8,36%
D) A maior parte do tempo em escola privada (particular).	5,93%	6,54%
E) Metade em escola pública e metade em escola privada (particular).	2,27%	5,00%

Fonte: MEC/Inep/Deaes, Enade 2004.

ensino médio em escola privada eram 35,4% dos ingressantes e 44% dos concluintes. Essas diferenças não se verificavam nas IES públicas, nas quais os dados eram bastante similares em relação ao ingresso e à conclusão dos estudantes.

2.5.3 Estudantes e renda

A renda familiar (a soma do salário de todos os integrantes da família) da população do País pode ser comparada à renda da família dos estudantes, das IES públicas e privadas. A Tabela 52 mostra a proporção de estudantes cujas famílias somam até 3 salários mínimos ou mais do que 3 salários mínimos.

Assim, pode ser observado que, enquanto no país 48% (quase a metade) das famílias recebem até 3 salários mínimos; apenas 25% das famílias dos estudantes das IES públicas recebem até 3 salários e 20% das famílias dos estudantes das IES privadas recebem esse salário.

Mais do que 3 salários mínimos é a renda familiar de 49% da população brasileira, enquanto a renda é de 75% das famílias dos estudantes das IES públicas e de 80% dos estudantes das IES privadas.

Esses dados mostram o quanto a faixa de ingressos é determinante à possibilidade de realizar estudos superiores e o fato de a educação pública – que é gratuita – estar composta por estudantes de famílias de maior renda (Gráfico 26).

Se focarmos o olhar em outro corte: o das famílias com até 10 salários mínimos, perceberemos que 85% delas compõem a sociedade brasileira. Nas IES públicas, 69% dos estudantes têm famílias com essa renda e nas IES privadas é igual: 69% dos estudantes têm essa renda familiar.

Considerando as famílias com mais de 10 salários mínimos, ou seja, 11% das famílias do País, vemos que nas IES públicas e nas privadas, 31% e 30%, respectivamente, dos estudantes pertencem a famílias com essa faixa, mais do que o dobro que a porcentagem de famílias com essa renda na população. Além de constatar novamente que não há diferenças significativas entre as públicas e as privadas, podemos afirmar que as famílias com maior renda duplicam proporcionalmente sua presença na educação superior brasileira em relação à sua presença na população do País (Gráfico 27).

Tabela 51 – Concluintes de IES públicas e privadas, segundo o tipo de escola onde cursaram o ensino médio – Brasil – 2004

Tipo de escola onde cursou o ensino médio	IES pública	IES privada
A) Todo em escola pública.	31,34%	36,23%
B) Todo em escola privada (particular).	52,93%	44,02%
C) A maior parte do tempo em escola pública.	6,80%	8,01%
D) A maior parte do tempo em escola privada (particular).	6,44%	6,98%
E) Metade em escola pública e metade em escola privada (particular).	2,49%	4,77%

Fonte: MEC/Inep/Deaes, Enade 2004.

Tabela 52 – Estudantes participantes do Enade 2004, por categoria administrativa das IES, segundo a renda familiar (1) – Brasil – 2004

Renda familiar	Brasil	IES pública	IES privada
Até 3 salários mínimos	48	24,82	20,40
Mais de 3 salários mínimos	49	75,17	79,61

Fonte: IBGE/Pnad 2004; MEC/Inep/Deaes, Enade 2004.

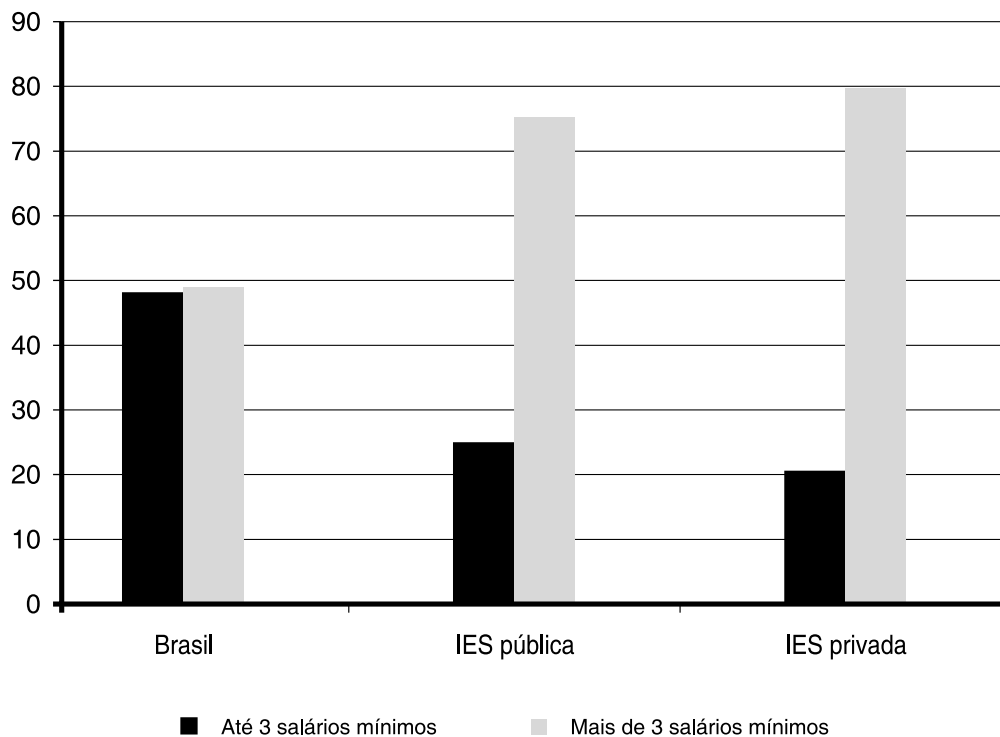


Gráfico 26 – Estudantes participantes do Enade 2004, com renda familiar de até 3 e mais de 3 salários mínimos, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004

Fonte: IBGE/Pnad 2004 e MEC/Inep/Deaes 2004.

Tabela 53 – Estudantes participantes do Enade 2004, em IES públicas e privadas, segundo a renda familiar – Brasil – 2004

Renda familiar	Brasil	IES pública	IES privada
Até 10 salários mínimos	85	69,01	68,73
Mais de 10 salários mínimos	11	30,98	30,28

Fonte: IBGE/Pnad 2004 e MEC/Inep/Deaes 2004.

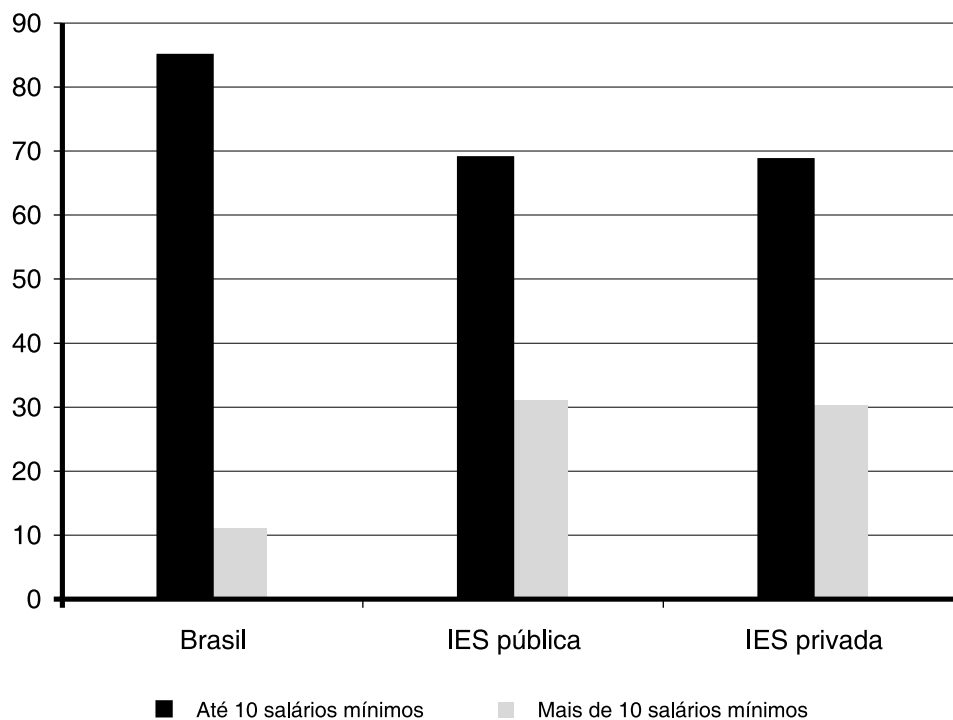


Gráfico 27 – Estudantes participantes do Enade 2004, com renda familiar de até 10 e mais de 10 salários mínimos, segundo a categoria administrativa das IES – Brasil – 2004

Fonte: IBGE/Pnad 2004; MEC/Inep/Deaes 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação superior brasileira apresenta duas tendências que se iniciam antes do século 20: a existência de instituições isoladas e o desenvolvimento de instituições privadas; essa última desde a Constituição republicana de 1891 que assim o permite.

Já desde a década de 1930, a educação superior brasileira desenvolve-se com importante participação do setor privado: mais de 40% das matrículas são privadas, desde, pelo menos, 1933. Há um decréscimo em 1964 – 38% das matrículas – mas logo depois, a iniciativa privada não-confessional inicia importante processo de expansão incorporando, assim, a classe média surgida do projeto desenvolvimentista, cuja demanda pressionava o sistema.

Se a expansão pela via privada foi uma característica desde antes da década de 1970, não houve, contudo, expansão significativa – nem pública nem privada – entre 1980 (a década perdida?) e 1995 devido às diversas crises econômicas. Mas, desde a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a legislação subsequente, houve impulso que gerou o impressionante crescimento do sistema, bastando apenas sete anos para duplicar as matrículas entre 1995 e 2002.

Mas, apesar de “privadas”, as instituições de educação superior recebiam importante participação de fundos públicos, seja pela via direta das subvenções, seja pela via indireta das isenções fiscais. Isso mudou apenas em 1997, pois a definição de entidades com fins lucrativos as fez deixar de receber fundos públicos.¹⁶ Todavia, as fronteiras entre o público e o privado constituem um assunto ainda confuso no sistema. Se, por um lado, a Constituição afirma a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, também permite a existência das instituições municipais de Ensino superior que cobram mensalidades; além, como já foi referido, da existência de Fundações no interior das universidades públicas.

Em 2004 – últimos dados disponíveis – o sistema da educação superior brasileira era

preponderantemente privado, em número de instituições, matrículas, cursos, concluintes, vagas e funções docentes.

O sistema está centralizado, sob jurisdição federal, sendo o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação as instituições que o regulam, contrastando com a desconcentração da educação básica em esferas estaduais e municipais de governo. Apenas 10% das instituições privadas (universidades e centros universitários) possuem algum grau de autonomia.

Os dados do Censo da Educação superior mostram o predomínio das instituições de menor porte: faculdades, escolas e institutos privados que são 45% das IES do País e a maioria se encontra na Região Sudeste.

Durante os últimos 24 anos (1980-2004), o crescimento do sistema aconteceu principalmente pela via do setor privado. As instituições públicas cresceram apenas 12% no período. Como o poder público é o encarregado de criar instituições ou vagas nesse setor e não o fez, mas a demanda pelo acesso à educação superior persistia, houve mudanças na legislação que favoreceram a expansão do sistema pela via privada, o que permitiu um crescimento das vagas do setor de 546%, permitindo o acesso de um maior número de estudantes.

Regionalmente, os setores público e privado apresentam comportamentos diferentes. As instituições públicas têm maior peso nas Regiões Norte e Nordeste, e as privadas no Sul e Sudeste. No Distrito Federal, 97% de suas instituições são de caráter privado. Verifica-se maior presença do setor privado nas regiões do país com maior renda *per capita*.

No Norte e Nordeste, há maior número de matrículas nas públicas do que nas privadas, as quais possuem maiores matrículas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Os cursos também têm crescido muito nos últimos 24 anos. O setor privado possui 39% deles nas suas instituições particulares e 27%

¹⁶ Desde 2004, as instituições privadas com fins lucrativos que aderirem ao Programa Universidade para Todos (ProUni) têm renúncia fiscal parcial, voltando a receber fundos públicos, indiretamente.

nas comunitárias confessionais e filantrópicas. Os concluintes são principalmente dos cursos de Administração, Direito e Pedagogia.

O crescimento do setor privado tem contribuído para a ampliação do acesso à educação superior nos últimos 10 anos, embora as matrículas do setor público também tenham aumentado no período. Porém, essa ampliação não trouxe correlato na democratização do acesso, pois os dados analisados mostram que algumas desigualdades sociais na educação superior são extremamente significativas, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas.

Considerando a variável *raça/cor*, pode-se observar que os brancos têm maior presença nas instituições públicas e privadas do que na população do País. O contrário acontece com pardos e negros que são muito menos nas instituições de educação superior, públicas e privadas do que na população do país. Isto é verificado especialmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nas quais a população parda/negra é muito preponderante, porém os brancos são maioria na educação superior, tanto pública quanto privada. Nas Regiões Sul e Sudeste, pardos e negros também estão sub-representados nessas instituições.

Quanto à *renda familiar*, a desigualdade se apresenta tanto nas públicas quanto nas privadas. A população que recebe como renda familiar até 3 salários mínimos está composta por 48% das famílias do País enquanto 23% aproximadamente dos estudantes das IES públicas e privadas provêm de famílias com esse nível de renda. As famílias que recebem mais de 10 salários mínimos são 11% das famílias do país alcançando 30% nas IES públicas e privadas.

A renda familiar também é um aspecto importante na permanência dos alunos e nas possibilidades de conclusão dos cursos. Estudos do Inep (2006) mostram que, enquanto 26% dos alunos ingressantes pertencem a famílias com renda de mais de 10 salários mínimos, são 35,4% dos concluintes cujas famílias possuem essa renda. Assim, “a renda familiar tem influência direta na trajetória dos alunos até que eles consigam concluir os cursos superiores” (Inep, 2006, p. 2).

Quando o assunto analisado é a *escola onde cursou o ensino médio*, verificam-se diferenças entre as IES públicas e as privadas. Mais estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas encontram-se estudando nas IES privadas e mais estudantes que cursaram todo o seu ensino médio em escolas privadas estão estudando nas IES públicas.

A análise dos dados de 2004 mostra que a educação superior possui alguns pontos críticos: *ampliação do acesso, democratização do acesso e permanência e qualidade do ensino*.

O Plano Nacional de Educação prevê a inclusão de pelo menos 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior até 2010.

Além da relação candidato/vaga no setor privado, há estudos que indicam que o setor está próximo do esgotamento (Pacheco, Ristoff, 2004), devido à renda familiar média de muitos dos alunos que freqüentam o ensino médio. Somam-se a isso os dados obtidos dos questionários aplicados aos estudantes, comentados anteriormente, sobre as desigualdades sociais na educação superior. Tudo parece indicar que tem de ser considerada a ampliação de vagas para setores que não podem pagar matrícula. Além disso, a compensação das desigualdades também deve ser encarada.

Para isso, algumas iniciativas já estão sendo implementadas: reserva de vagas, ProUni, Fies, expansão de matrículas e criação de novas universidades federais. Tudo isso não é suficiente: o setor privado estaria próximo do esgotamento, e o setor público apresenta um crescimento mínimo se comparado ao do setor privado nos últimos 24 anos. A expansão potencial de vagas, que o aproveitamento dos horários noturnos nas IES públicas poderia trazer, ainda é uma tarefa pendente.

Um outro elemento necessário para aprofundar a análise do sistema e para a reformulação ou estabelecimento de novas políticas é a avaliação da qualidade do sistema. Os trabalhos estão iniciados com a aplicação da Lei nº 10.861, sancionada pelo Congresso, em 2004, criando o Sinaes. Nela, estabelece-se uma avaliação integrada das instituições a partir de três eixos: a avaliação institucional, a avaliação de

cursos de graduação e a avaliação de desempenho dos estudantes.

Espera-se que a aplicação desse modelo de avaliação, conforme a Lei postula, traga informações importantes sobre o sistema e suas instituições públicas e privadas e permita formular

políticas que, além da democratização e reparação, considerem a qualidade como um outro eixo a ser desenvolvido.

Para tanto, a implementação dessas e outras políticas precisariam de um expressivo aumento do gasto público em educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREYRO, Gladys Beatriz. Do Provão ao SINAES: o processo de construção de um novo modelo de avaliação da educação superior. *Avaliação*, Campinas, v.9, n. 2, p. 37-49, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

BRASIL. Decreto nº 2307 de 15 de abril de 1997. Regulamenta artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para o Sistema Federal de Ensino superior, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº.9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, 23 Dezembro 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Decreto n. 3860/01. Dispõe sobre a organização do Ensino superior, a avaliação de cursos e instituições e dá outras providências. Brasília, 2001.

COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL SUPERIOR (Capes). Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 3 mar. 2006.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política de ensino superior e renúncia fiscal: da reforma universitária de 1968 ao ProUni. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). 26, 2005, Caxambu. *GT 11: Política de Educação Superior*. Caxambu, MG, 18 de outubro de 2005.

CATANI, Afrânio; CAMPBELL Esquivel; GILIOLI, Renato Porto. A educação superior no Chile: continuidades e desafios. *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, Niterói (RJ), n. 11, maio, 2005.

CATANI, A.; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma da Educação superior no Brasil nos anos 90: diretrizes, bases e ações. In: CATANI, A. M; OLIVEIRA, R. P. (Org.). *Reformas educacionais em Portugal e no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DOURADO, Luiz Fernandes. *A interiorização do ensino superior e a privatização do público*. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque de. *Da universidade "modernizada" à universidade disciplinada*: Atcon e Meira Matos. São Paulo: Cortez, 1991.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER (Unifem). *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.mulheresnobre.org.br>. Acesso em: 8 mar. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Produto Interno Bruto dos municípios 1999-2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acesso em: 24 abr.2006.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 10 jan. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). *Cadastro nacional de docentes da educação superior 2005*. Brasília, 2005. 1: Resumo técnico. Versão preliminar.

_____. *Censo da educação básica*. Brasília, 2005. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2006.

_____. *Censo da Educação superior 2002*. Sinopse Estatística. Brasília, 2003.

_____. *Censo da Educação superior 2003*. Resumo Técnico. Brasília, 2004a.

_____. *Censo da Educação superior 2003*. Sinopse Estatística. Brasília, 2004b.

_____. *Censo da Educação superior 2004 - Resumo Técnico*. Brasília, 2006. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 30-01-2006>.

_____. *Dados desagregados do Questionário Socioeconômico do Enade 2004*. Brasília, 2005

_____. *Evolução do Ensino superior Graduação 1980-1998*. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15-12-2005>.

_____. *Informativo*, Brasília, n.120, 21 dez 2005; n. 123, 13 jan. 2006. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2006.

_____. *Sinopse Estatística da Educação superior 2004*. Brasília, 2005. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 19 dez. 2005 .

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo. *Educação superior: democratizando o acesso*. Brasília: Inep, 2004. (Série documental: textos para discussão, n. 12).

RISTOFF, Dilvo. O Exame Nacional de Cursos e a Avaliação Institucional. In: DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF D. (Org.). *Avaliação democrática: para uma universidade cidadã*. Florianópolis (SC): Insular, 2002. p.17-36.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Historia da educação no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SAMPAIO, Helena. *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar. Fundações privadas na universidade pública: a quem interessam? *Avaliação*, Campinas, v. 7, n. 4, p. 43-72, 2002.

SILVA JR. João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da Educação superior no Brasil: reformas do Estado e mudanças na produção*. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, Maria S. (Comp.). *Educação superior no Brasil*. Brasília: Capes, 2002.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *Human Development Report 2005*. New York, 2005. Disponível em: <www.hdr.undp.org/statistics/data/indicators>. Acesso em: 16 fev. 2006.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO-UIS/OECD). *Education trends in perspective-Analysis of the world education indicators*. New York, 2005, Disponível em: <http://www.oecd.org/document/62/0,3343,en_2649_201185_35525374_1_1_1_1,00.html> Acesso em: 16 jan. 2006.

_____. *Education*. New York, 2005. Disponível em: www.stats.uis.unesco.org/reportFolders/reportfolders.aspx. Acesso em: 16 jan. 2006.

ANEXO

**Tabela 1 – Evolução do número de instituições
por dependência administrativa – Brasil – 1980-1998**

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	882	56	53	91	682
1981	876	52	78	129	617
1982	873	53	80	126	614
1983	861	53	79	114	615
1984	847	53	74	111	609
1985	859	53	75	105	626
1986	855	53	90	120	592
1987	853	54	83	103	613
1988	871	54	87	92	638
1989	902	54	84	82	682
1990	918	55	83	84	696
1991	893	56	82	84	671
1992	893	57	82	88	666
1993	873	57	77	87	652
1994	851	57	73	88	633
1995	894	57	76	77	684
1996	922	57	74	80	711
1997	900	56	74	81	689
1998	973	57	74	78	764

Fonte: MEC/Inep/Secc.

Tabela 2 – Evolução das estatísticas do ensino superior – Brasil – 1962-1998

Ano	Docentes (A)	Matrícula (B)	(B/A)	Concluintes	Vagas oferecidas (C)	Inscrições (D)	(D/C)	Ingressos
1962	25.213	107.509	4,3
1963	28.944	124.214	4,3	19.049
1964	30.162	142.386	4,7	20.282
1965	33.135	155.781	4,7	22.291
1966	36.109	180.109	5,0	24.301
1967	38.693	212.882	5,5	30.108
1968	44.706	278.295	6,2	35.947
1969	49.547	342.886	6,9	44.709
1970	54.389	425.478	7,8	64.049	145.000	328.931	2,3	...
1971	61.111	561.397	9,2	73.453	202.110	400.958	2,0	...
1972	67.894	688.382	10,1	96.470	230.511	449.601	2,0	...
1973	72.951	772.800	10,6	135.339	261.003	574.708	2,2	...
1974	75.971	937.593	12,3	150.226	309.448	614.805	2,0	...
1975	83.386	1.072.548	12,9	161.183	348.227	781.190	2,2	...
1976	86.189	1.096.727	12,7	176.475	382.418	945.279	2,5	...
1977	90.557	1.159.046	12,8	187.973	393.560	1.186.181	3,0	...
1978	98.172	1.225.557	12,5	200.056	401.977	1.250.537	3,1	...
1979	102.588	1.311.799	12,8	222.896	402.694	1.559.094	3,9	...
1980	109.788	1.377.286	12,5	226.423	404.814	1.803.567	4,5	356.667
1981	113.899	1.386.792	12,2	229.856	417.348	1.735.457	4,2	357.043
1982	116.111	1.407.987	12,1	244.639	421.231	1.689.249	4,0	361.558
1983	113.779	1.438.992	12,6	238.096
1984	113.844	1.399.539	12,3	227.824
1985	113.459	1.367.609	12,1	234.173	430.482	1.514.341	3,5	346.380
1986	117.211	1.418.196	12,1	228.074	442.314	1.737.794	3,9	378.828
1987	121.228	1.470.555	12,1	224.809	447.345	2.193.861	4,9	395.418
1988	125.412	1.503.555	12,0	227.037	463.739	1.921.878	4,1	395.189
1989	128.029	1.518.904	11,9	232.275	466.794	1.818.033	3,9	382.221
1990	131.641	1.540.080	11,7	230.206	502.784	1.905.498	3,8	407.148
1991	133.135	1.565.056	11,8	236.377	516.663	1.985.825	3,8	426.558
1992	134.403	1.535.788	11,4	234.267	534.847	1.836.859	3,4	410.910
1993	137.156	1.594.668	11,6	240.269	548.678	2.029.523	3,7	439.801
1994	141.482	1.661.034	11,7	245.887	574.135	2.237.023	3,9	463.240
1995	145.290	1.759.703	12,1	254.401	610.355	2.653.853	4,3	510.377
1996	148.320	1.868.529	12,6	260.224	634.236	2.548.077	4,0	513.842
1997	165.964	1.945.615	11,7	274.384	699.198	2.711.776	3,9	573.900
1998	165.122	2.125.958	12,9	...	776.031	2.858.016	3,7	651.353

Fonte: MEC/Inep/Secc.

Tabela 3 – Evolução do número de cursos por dependência administrativa Brasil – 1984-1998

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1984	3.806	960	433	344	2.069
1985	3.923	989	461	335	2.138
1987	4.188	1.041	554	326	2.267
1988	4.288	1.054	600	273	2.361
1989	4.453	1.073	613	258	2.509
1990	4.712	1.085	644	272	2.711
1991	4.908	1.143	684	312	2.769
1992	5.081	1.154	723	367	2.837
1993	5.280	1.185	739	369	2.987
1994	5.562	1.270	769	373	3.150
1995	6.252	1.536	876	370	3.470
1996	6.644	1.581	964	433	3.666
1997	6.132	1.316	939	443	3.434
1998	6.950	1.338	1.125	507	3.980
1988/1998 (%)	62,1	26,9	87,5	85,7	68,6

Fonte: MEC/Inep/Secc.

Tabela 4 – Evolução do número de vagas oferecidas no vestibular, por dependência administrativa – Brasil – 1980-1998

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	404.814	65.406	33.618	27.916	277.874
1981	417.348	66.897	40.345	32.056	278.050
1982	421.231	66.136	40.699	34.298	280.098
1985	430.482	67.307	41.055	32.912	289.208
1986	442.314	68.188	43.650	38.421	292.055
1987	447.345	67.146	47.620	33.001	299.578
1988	463.739	68.370	52.480	28.943	313.946
1989	466.794	68.465	53.019	27.146	318.164
1990	502.784	70.881	55.232	28.896	347.775
1991	516.663	78.502	53.313	30.691	354.157
1992	534.847	80.411	56.292	34.345	363.799
1993	548.678	81.462	56.500	33.665	377.051
1994	574.135	85.017	58.501	33.935	396.682
1995	610.355	84.814	61.352	31.979	432.210
1996	634.236	84.197	63.603	35.713	450.723
1997	699.198	88.704	64.323	40.794	505.377
1998	776.031	90.788	70.670	44.267	570.306
1988/1998 (%)	67,3	32,8	34,7	52,9	81,7

Fonte: MEC/Inep/Secc.

Tabela 5 – Vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressos por vestibular e outros processos seletivos nos cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa – Brasil – 2004

Categoria Administrativa	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos
Brasil	2.320.421	5.053.992	1.303.110
Pública	308.492	2.431.388	287.242
Federal	123.959	1.287.605	122.899
Estadual	131.675	1.058.906	125.453
Municipal	52.858	84.877	38.890
Privada	2.011.929	2.622.604	1.015.868
Particular	1.316.788	1.558.688	600.084
Comunitária, confessional filantrópica	695.141	1.063.916	415.784

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 6 – Evolução do número de vagas oferecidas no vestibular, por dependência administrativa – Brasil – 1980-1998

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	404.814	65.406	33.618	27.916	277.874
1981	417.348	66.897	40.345	32.056	278.050
1982	421.231	66.136	40.699	34.298	280.098
1985	430.482	67.307	41.055	32.912	289.208
1986	442.314	68.188	43.650	38.421	292.055
1987	447.345	67.146	47.620	33.001	299.578
1988	463.739	68.370	52.480	28.943	313.946
1989	466.794	68.465	53.019	27.146	318.164
1990	502.784	70.881	55.232	28.896	347.775
1991	516.663	78.502	53.313	30.691	354.157
1992	534.847	80.411	56.292	34.345	363.799
1993	548.678	81.462	56.500	33.665	377.051
1994	574.135	85.017	58.501	33.935	396.682
1995	610.355	84.814	61.352	31.979	432.210
1996	634.236	84.197	63.603	35.713	450.723
1997	699.198	88.704	64.323	40.794	505.377
1998	776.031	90.788	70.670	44.267	570.306

Fonte: MEC/Inep/Secc.

**Tabela 7 – Evolução da matrícula por dependência administrativa
Brasil – 1980-1998**

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	1.377.286	316.715	109.252	66.265	885.054
1981	1.386.792	313.217	129.659	92.934	850.982
1982	1.407.987	316.940	134.901	96.547	859.599
1983	1.438.992	340.118	147.197	89.374	862.303
1984	1.399.539	326.199	156.013	89.667	827.660
1985	1.367.609	326.522	146.816	83.342	810.929
1986	1.418.196	325.734	153.789	98.109	840.564
1987	1.470.555	329.423	168.039	87.503	885.590
1988	1.503.555	317.831	190.736	76.784	918.204
1989	1.518.904	315.283	193.697	75.434	934.490
1990	1.540.080	308.867	194.417	75.341	961.455
1991	1.565.056	320.135	202.315	83.286	959.320
1992	1.535.788	325.884	210.133	93.645	906.126
1993	1.594.668	344.387	216.535	92.594	941.152
1994	1.661.034	363.543	231.936	94.971	970.584
1995	1.759.703	367.531	239.215	93.794	1.059.163
1996	1.868.529	388.987	243.101	103.339	1.133.102
1997	1.945.615	395.833	253.678	109.671	1.186.433
1998	2.125.958	408.640	274.934	121.155	1.321.229
1988/1998 (%)	41,4	28,6	44,1	57,8	43,9

Fonte: MEC/Inep/Secc.

**Tabela 8 – Matrículas em cursos de graduação presenciais,
por categoria administrativa – Brasil – 2004**

Categoria administrativa	Matrículas
Brasil	4.163.733
Pública	1.178.328
Federal	574.584
Estadual	471.661
Municipal	132.083
Privada	2.985.405
Particular	1.596.894
Comun/confes/filant	1.388.511

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 9 – Matrículas em cursos de graduação presenciais segundo a categoria administrativa, região geográfica e unidade da Federação – Brasil – 2004

IES	Número	Porcentagem
Brasil	4.163.733	100,00%
Pública	1.178.328	28,30%
Federal	574.584	13,80%
Estadual	471.661	11,33%
Municipal	132.083	3,17%
Privada	2.985.405	71,70%
Particular	1.596.894	38,35%
Comun/confes/filant	1.388.511	33,35%
Norte	250.676	100,00%
Pública	133.914	53,42%
Federal	91.850	36,64%
Estadual	38.171	15,23%
Municipal	3.893	1,55%
Privada	116.762	46,58%
Particular	101.457	40,47%
Comun/confes/filant	15.305	6,11%
Nordeste	680.029	100,00%
Pública	345.508	50,81%
Federal	167.305	24,60%
Estadual	160.488	23,60%
Municipal	17.715	2,61%
Privada	334.521	49,19%
Particular	247.736	36,43%
Comun/confes/filant	86.785	12,76%
Sudeste	2.055.200	100,00%
Pública	363.924	17,71%
Federal	154.907	7,54%
Estadual	145.166	7,06%
Municipal	63.851	3,11%
Privada	1.691.276	82,29%
Particular	850.705	41,39%
Comun/confes/filant	840.571	40,90%
Sul	793.298	100,00%
Pública	216.758	27,32%
Federal	94.153	11,87%
Estadual	79.871	10,07%
Municipal	42.734	5,39%
Privada	576.540	72,68%
Particular	208.786	26,32%
Comun/confes/filant	367.754	46,36%
Centro-Oeste	384.530	100,00%
Pública	118.224	30,75%
Federal	66.369	17,26%
Estadual	47.965	12,47%
Municipal	3.890	1,01%
Privada	266.306	69,25%
Particular	188.210	48,95%
Comun/confes/filant	78.096	20,31%

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 10 – Matrículas nos cursos de graduação presenciais por sexo – Brasil – 2004

Categoria administrativa	Total	Masculino	Feminino
Brasil	4.163.733	1.817.217	2.346.516
Pública	1.178.328	534.084	644.244
Privada	2.985.405	1.283.133	1.702.272
Particular	1.596.894	692.192	904.702
Comun/confes/filant	1.388.511	590.941	797.570

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 11 – Cursos seqüenciais por dependência administrativa – Brasil – 2004

Categoria administrativa	Número de cursos	Vagas oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos	Matrículas em 30/6	Concluintes
Brasil	674	50.059	88.940	28.381	48.441	18.323
Públicas	145	7.276	52.414	7.214	9.905	2.787
Federal	6	200	2.302	184	294	44
Estadual	136	6.896	49.992	6.910	9.249	2.572
Municipal	3	180	120	120	362	171
Privada	529	42.783	36.526	21.167	38.536	15.536
Particular	265	27.957	22.965	13.441	22.854	8.718
Comun/confes/filant	264	14.826	13.561	7.726	15.682	6.818

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 12 – Cursos de graduação presenciais por organização acadêmica e região geográfica – Brasil – 2004

IES	Porcentagem
Norte	1.527
Pública	1.015
Federal	542
Estadual	458
Municipal	15
Privada	512
Particular	426
Comun/confes/filant	86
Nordeste	3.318
Pública	2.124
Federal	689
Estadual	1.387
Municipal	48
Privada	1.194
Particular	972
Comun/confes/filant	222
Sudeste	8.545
Pública	1.397
Federal	542
Estadual	635
Municipal	220
Privada	7.148
Particular	4.250
Comun/confes/filant	2.898
Sul	3.561
Pública	1.015
Federal	376
Estadual	430
Municipal	209
Privada	2.546
Particular	986
Comun/confes/filant	1.560
Centro-Oeste	1.693
Pública	711
Federal	301
Estadual	384
Municipal	26
Privada	982
Particular	757
Comun/confes/filant	225

Fonte: MEC/Inep/Deaes

Tabela 13 – Cursos segundo as grandes áreas de conhecimento e a categoria administrativa – Brasil – 2004

Grande Área	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comunitária, confessional, filantrópica
Total	18.644	2.450	3.294	518	7.391	4.991
Educação	5.977	761	2.161	164	1.589	1.302
Humanidades e Artes	882	164	128	19	292	279
Ciências Sociais, Negócios e Direito	5.115	402	292	142	2.819	1.460
Ciências, Matemática e Computação	2.156	387	232	53	883	601
Engenharia, Produção e Construção	1.368	354	173	55	398	388
Agricultura e Veterinária	413	126	106	9	100	72
Saúde e Bem-Estar Social	2.057	216	171	67	888	715
Serviços	676	40	31	9	422	174

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 14 – Cursos com maior número de concluintes, segundo a organização acadêmica – Brasil – 2004

Curso	Concluintes					
	Totais	Privada	Universidades privadas	Centros universitários privados	Faculdades integradas privadas	Faculdades, escolas, institutos privados.
Administração	77.461	68.738	21.517	14.578	5.546	27.097
Direito	67.238	57.414	35.341	12.069	3.802	6.202
Pedagogia	66.793	43.377	43.377	7.423	5.143	13.065

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 15 – Funções docentes por regime de trabalho segundo a categoria administrativa – Brasil – 2004

Categoria administrativa	Total	Tempo integral	Tempo parcial	Horista
Brasil	293.242	102.261	63.315	127.666
Pública	100.424	74.629	17.980	7.815
Federal	54.439	44.837	8.618	984
Estadual	38.182	28.186	7.245	2.751
Municipal	7.803	1.606	2.117	4.080
Privada	192.818	27.632	45.335	119.851
Particular	107.971	13.515	24.929	69.527
Comun/confes/filant	84.847	14.117	20.406	50.324

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 16 – População residente, valores absolutos e relativos, por grandes regiões, segundo o sexo e a cor ou raça – Brasil – 2004

Sexo e cor ou raça	População residente					
	Brasil	Grandes regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Valores absolutos						
Total (1)	182,060	14.434,109	50.534,403	77.577.219	26.697,985	12.816,392
Branca	93.604,435	3.465,088	15.027,415	47.478,123	22.114,176	5.519,633
Preta	10.739,709	599,647	3.189,636	5.407,080	918,368	624,978
Parda	76.635,241	10.306,263	32.119,518	24.098,805	3.542,342	6.568,313
Outra	1.068,367	60,927	197,004	584,765	123,099	102,572
Homens (1)	88.673,733	7.268,518	24.668,991	37.377,195	13.099,902	6.259,127
Branca	44.612,172	1.654,355	7.043,318	22.512,864	10.766,834	2.634,801
Preta	5.346,217	331,344	1.608,456	2.626,979	456,340	323,098
Parda	38.225,022	5.250,642	15.928,122	11.968,969	1.822,280	3.255,009
Outra	484,003	31,293	88,600	263,443	54,448	46,219
Mulheres (1)	93.386,375	7.165,591	25.865,412	40.200,024	13.598,083	6.557,265
Branca	48.992,263	1.810,733	7.984,097	24.965,259	11.347,342	2.884,832
Preta	5.393,492	268,303	1.581,180	2.780,101	462,028	301,880
Parda	38.410,219	5.055,621	16.191,396	12.129,836	1.720,062	3.313,304
Outra	584,364	29,634	108,404	321,322	68,651	56,353
Valores relativos (%)						
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	51,4	24,0	29,7	61,2	82,8	43,1
Preta	5,9	4,2	6,3	7,0	3,4	4,9
Parda	42,1	71,4	63,6	31,1	13,3	51,2
Outra	0,6	0,4	0,4	0,8	0,5	0,8
Homens (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	50,3	22,8	28,6	60,2	82,2	42,1
Preta	6,0	4,6	6,5	7,0	3,5	5,2
Parda	43,1	72,2	64,6	32,0	13,9	52,0
Outra	0,5	0,4	0,4	0,7	0,4	0,7
Mulheres (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	52,5	25,3	30,9	62,1	83,4	44,0
Preta	5,8	3,7	6,1	6,9	3,4	4,6
Parda	41,1	70,6	62,6	30,2	12,6	50,5
Outra	0,6	0,4	0,4	0,8	0,5	0,9

Fonte: IBGE/Pnad 2004.

(1) Inclusive a população sem declaração de cor ou raça.

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO (Enade 2004)

Pergunta 4 – Como você se considera?

Alternativa

- (A) Branco(a)
- (B) Negro(a)
- (C) Pardo(a)/mulato(a)
- (D) Amarelo(a) (de origem oriental)
- (E) Indígena ou de origem indígena.

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 17 – Respostas à pergunta 4 do Questionário Enade, segundo os concluintes e ingressantes e categoria administrativa – Brasil – 2004

Dependência		A	B	C	D	E
Pública	Concluente	16918	670	5676	633	211
Pública	Ingressante	20103	972	7012	781	279
Privada	Concluente	42046	1689	8048	1332	428
Privada	Ingressante	86640	6210	25339	2330	1195

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 18 – Respostas à pergunta 4 do Questionário Enade segundo a região geográfica e categoria administrativa – Brasil – 2004

CD_REGIAO	Pública					Privada				
	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E
Norte	1.440	144	1.682	61	83	2.379	222	2.076	90	144
Nordeste	7.539	608	5.675	118	163	7.151	851	4.981	198	159
Sudeste	13.882	590	3.120	562	143	83.71	5.665	20.93	2.497	967
Sul	10.895	142	790	538	54	27.32	664	2.072	559	205
Centro-Oeste	3.264	158	1.421	136	47	8.118	496	3.322	318	147

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Pergunta 13 – Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

Alternativa

- (A) Todo em escola pública.
- (B) Todo em escola privada (particular).
- (C) A maior parte do tempo em escola pública.
- (D) A maior parte do tempo em escola privada(particular).
- (E) Metade em escola pública e metade em escola privada (particular).

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 18 – Respostas à pergunta 13 do Questionário Enade, segundo concluintes e ingressantes, e categoria administrativa – Brasil – 2004

Dependência		A	B	C	D	E
Pública	Concluinte	7.561	12.768	1.640	1.553	601
Pública	Ingressante	9.827	15.109	1.866	1.732	663
Privada	Concluinte	19.410	23.584	4.291	3.740	2.554
Privada	Ingressante	54.465	43.121	10.188	7.964	6.086

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 19 – Matriculados no ensino médio, segundo a rede de ensino e região geográfica – Valores relativos – Brasil – 2004

Tipo de rede de ensino	Estudantes de 15 a 17 anos de idade					
	Brasil	Grandes regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pública	86,5	92,0	88,7	83,9	87,0	84,4
Particular	13,5	8,0	11,3	16,1	13,0	15,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Tabela 20 – Domicílios particulares, valores absolutos e relativos, por grandes regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar – Brasil – 2004

Classes de rendimento mensal domiciliar (1)	Domicílios particulares					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 salário mínimo	11,5	13,2	23,1	6,9	6,7	8,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	20,6	26,1	29,9	16,2	15,9	21,3
Mais de 2 a 3 salários mínimos	15,7	18,0	16,9	14,9	14,9	16,8
Mais de 3 a 5 salários mínimos	20,3	20,0	13,4	22,6	24,2	21,7
Mais de 5 a 10 salários mínimos	16,9	13,2	8,4	20,4	22,3	16,9
Mais de 10 a 20 salários	7,7	5,2	3,4	9,7	10,0	7,8
Mais de 20 salários mínimos	3,7	2,2	1,9	4,6	4,0	5,1
Sem rendimento (2)	1,1	1,0	1,2	1,2	0,8	1,3
Sem declaração	2,4	1,1	1,8	3,6	1,1	0,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

- 1) Exclusive o rendimento das pessoas, cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.
- 2) Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Pergunta 6 – Qual a faixa de renda mensal dos membros das pessoas que moram em sua casa?

Alternativa

- (A) Até 3 salários mínimos.
- (B) De 3 a 10 salários mínimos.
- (C) De 10 a 20 salários mínimos.
- (D) De 20 a 30 salários mínimos.
- (E) Mais de 30 salários mínimos.

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 21 – Respostas à pergunta 6 do Questionário Enade, segundo os concluintes e ingressantes, e categoria administrativa – Brasil – 2004

Dependência	IN_GRAD	A	B	C	D	E
Pública	Concluente	5.534	10.700	4.725	1.747	1.240
Pública	Ingressante	7.590	12.664	5.461	1.972	1.241
Privada	Concluente	7.954	24.905	11.854	4.737	3.636
Privada	Ingressante	27.448	60.708	19.995	7.232	5.092

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Tabela 22 – Renda familiar das famílias dos estudantes, segundo a categoria administrativa Brasil – 2004

Renda familiar (salários-mínimos)	IES pública	IES privada
Até 3	24,82%	20,40%
Mais de 3	75,17%	79,61%
De 3 a 10	44,19%	48,33%
De 10 a 20	19,26%	18,35%
De 20 a 30	7,03%	6,90%
Mais de 30	4,69%	5,03%

Fonte: MEC/Inep/Deaes.